

¹
Afirmado por
unanimidade 24 voto de PSD
PS e 1 independente a 3
intervenção 2 de CDU a 1
de 21/12/07
N
L

ACTA 6/2006

-- Aos vinte e oito dias de Dezembro do ano de dois mil e seis, reuniu a Assembleia Municipal de Mafra, em Sexta Sessão Ordinária do ano de dois mil e seis, no Palácio Nacional de Mafra, situado na Vila de Mafra, com a seguinte ordem de trabalhos: 1) Informação do Presidente da Câmara sobre a actividade municipal; 2) Contrato-Programa entre o Município de Mafra e a "Mafratlântico - Vias Rodoviárias, EM" - Aditamento; 3) Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios - Revisão; 4) Plano Municipal de Emergência de Mafra - Revisão; 5) Documentos Previsionais para o ano de dois mil e sete - Orçamento e Grandes Opções do Plano. -----

-- Passavam quinze minutos das vinte e uma horas quando o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Joaquim Sardinha, deu por iniciada a sessão. -----

-- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que "o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Mafra solicita que o quinto ponto da ordem de trabalhos, relativo aos Documentos Previsionais para o ano de dois mil e sete - Orçamento e Grandes Opções do Plano, passe para o segundo ponto da ordem do dia." Informou, ainda, a Assembleia Municipal que o Senhor Deputado José Azevedo Rua substitui, definitivamente, o Senhor Carlos Manuel Águas do Amaral, em virtude da desistência deste último. -----

-- O Secretário da Mesa fez a chamada. -----

-- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal abriu o período antes da ordem do dia. -----

-- O Senhor Miguel Ângelo interveio, dizendo que pretendia dar conhecimento de que, por sua iniciativa, deixou de exercer as funções de coordenador do Grupo Municipal do PPD/PSD na Assembleia Municipal de Mafra. Esta intervenção é anexada a esta acta com a designação de ANEXO UM. -----

-- O Senhor Presidente da Junta da Freguesia de Santo Isidoro, Hélder Ramos, apresentou um voto de pesar pelo falecimento do Senhor Fernando Jacinto. Este voto é anexado a esta acta com a designação de ANEXO DOIS. -----

-- O Senhor Armando Madeira disse que "é com alguma perplexidade que nós vemos que na Ericeira foi assaltado o presépio, tendo desaparecido o Menino Jesus, não sei qual foi a intenção. Nada possibilita a compreensão de uma situação destas. Também gostaria de manifestar a minha preocupação em relação a alguns locais do Concelho, nomeadamente na Vila de Mafra e na Ericeira, com alguma frequência, a iluminação pública não é acesa durante alguns dias consecutivos. Em Mafra, tem acontecido muito junto à zona dos Gonçalves, bem como junto ao Convento. Esta situação tem efeitos ao nível da tranquilidade das pessoas e da sua própria segurança. Pedia, igualmente, a vossa compreensão para a leitura de um documento que tem que ver com a instalação dos aerogeradores no Concelho de Mafra, nomeadamente nas freguesias da Igreja Nova e Cheleiros." Este documento é anexado a esta acta com a designação de ANEXO TRÊS. -----

-- A Senhora Leonor Coutinho referiu que "na sequência da notícia que tem vindo a ser difundida pelas rádios desde o princípio desta noite, de que o Tribunal Constitucional terá votado a favor da constitucionalidade da Lei das Finanças Locais, é evidente que me regozijo por esse voto. Penso que o envio da Lei para o Tribunal Constitucional permitiu esclarecer um ponto que era, de facto, posto em dúvida por algumas pessoas, aliás, eu penso que havia juristas de várias proveniências que se tinham pronunciado a favor e contra, mas com esta decisão do Tribunal existem bases sólidas para que, já no próximo ano, se possa agir com mais certeza no sentido de uma estabilidade das Finanças Municipais, de uma maior transparência de funcionamento de todo o universo das Câmaras e empresas municipais, bem como uma maior descentralização. Sei que o Governo já está em negociações para a concretizar. Não é que o Orçamento de Estado não previsse uma solução no caso da Lei não ser aprovada logo no início do ano, porque, obviamente, ele foi logo aprovado com duas alternativas, uma alternativa com a Lei e outra alternativa enquanto a Lei não fosse aprovada, que seria o reconduzir as

verbas do ano anterior, mas, o que é certo, é que penso que o ter bases sólidas e que possam perspectivar um poder local mais virado para as prioridades das pessoas, menos das infra-estruturas, mas mais da Educação, da Saúde e do serviço às pessoas, parece-me ser algo de positivo e queria aqui exprimir, até na sequência de eu já ter trazido esse assunto e ter expresso a minha opinião, gostaria, neste momento, de manifestar a minha satisfação por este problema ter, rapidamente, levado a uma solução que é, inequivocamente, constitucional." -----

-- O Senhor Joaquim Cruz disse que "na sequência do anúncio do Senhor Miguel Ângelo, gostaria de acrescentar que a bancada do Partido Social Democrata nesta Assembleia Municipal será liderada pela minha pessoa e pela Vice-Presidência da Doutora Paula Borges. Gostaria, também, de referir que o Miguel Ângelo será sempre uma referência na nossa bancada e que nos brindou, até este tempo, com uma excepcional dinâmica, vivacidade e carisma na sua participação política neste órgão." -----

-- O Senhor Armando Madeira interveio, novamente, referindo que "não poderia deixar em claro esta questão que foi aqui referida, relativamente à Lei das Finanças Locais, reitero a posição da CDU, em relação aos aspectos negativos desta Lei e, com o devido respeito, lembro as palavras do Presidente da Associação Nacional de Municípios, ainda hoje, em que o facto desta Lei ter deixado de ser inconstitucional não faz dela uma boa Lei." -----

-- A Senhora Paula Raposo Borges disse que "também gostaria de expressar a minha opinião relativamente às palavras que foram aqui proferidas pela Senhora Deputada Municipal Leonor Coutinho. A constitucionalidade da Lei não está inquestionavelmente aferida. Relativamente aos dois pontos que foram submetidos à apreciação do Tribunal Constitucional, não se verificou um juízo de inconstitucionalidade. A apreciação preventiva da constitucionalidade não percute a sucessiva, portanto, vamos então esperar que, de facto, se mantenha, relativamente a todos os pontos na aplicação da Lei, este mesmo juízo de constitucionalidade. Quanto àquilo que a Senhora Deputada também referiu, no sentido desta Lei trazer bases sólidas para a estabilidade e a transparência na distribuição dos dinheiros públicos, eu faço votos para que, de facto, isso aconteça, porque quando fala numa Lei que vai mais ao encontro das pessoas, também está previsto na própria Lei como é que isso se vai processar, através de protocolos celebrados individualmente com cada uma das autarquias. Assim sendo, também nós estamos expectantes depois desta decisão e vamos esperar que a distribuição das verbas, mediante esses protocolos, também se regule por regras transparentes." -----

-- O Senhor Presidente da Câmara Municipal de Mafra, José Maria Ministro dos Santos, interveio, dizendo que "em relação à questão da luz, o que acontece é que há um novo sistema de informatização que foi aplicado e são os computadores que estão neste momento a gerir o controlo do disparo dos disjuntores ou interruptores e, portanto, enquanto aquilo não for afinado há algumas zonas da Vila ou do Concelho que poderão estar com problemas. Quase semanalmente temos alertado para estas situações e a resposta que nos foi dada foi esta. Relativamente à Lei das Finanças Locais, uma das questões está resolvida, mas, já agora, esperemos pela decisão do Senhor Presidente da República. Foi verificada a constitucionalidade, é uma Lei que terá que ser cumprida, como é óbvio se vier a ser homologada pelo Senhor Presidente da República. Em relação ao parque eólico, eu volto aqui a repetir o que disse numa das últimas Assembleias, neste momento, em termos concretos, a Câmara Municipal não tem conhecimento da localização de quaisquer torres eólicas, embora tenha tido negociações, conversações, com dois grupos, a Gamesa e Cata-vento, para o estabelecimento de dois parques eólicos no Concelho. Estão a ser efectuadas as medições, aferições territoriais, disponibilidade dos proprietários e depois será apresentado o projecto à Câmara, nessa altura haverá decisão sobre como, quando e onde vão ser localizados, até lá, tudo aquilo que se diga são meras especulações." -----

-- Não havendo mais inscrições para intervirem, passou-se à votação do voto de

pesar, relativo ao falecimento do Senhor Fernando Jacinto, tendo este sido aprovado por unanimidade. Foi introduzido o primeiro ponto da Ordem de Trabalhos, referente à informação do Presidente da Câmara sobre a actividade municipal. Não se tendo verificado nenhuma intervenção, passou-se ao ponto número dois, dedicado aos Documentos Previsionais para o ano de dois mil e sete – Orçamento e Grandes Opções do Plano. -----

-- O Senhor Presidente da Câmara Municipal disse que "nós vamos perder nos próximos três anos cerca de trinta e um por cento do Fundo de Equilíbrio Financeiro, isto em partes. Na qualidade de Vice-Presidente da Junta Metropolitana, encomendámos um estudo à BDO para nos tentar fazer uma análise criteriosa e cuidada daquilo que são os critérios de distribuição do Fundo de Equilíbrio Financeiro, nas suas múltiplas facetas, e, de facto, chegamos à conclusão que há muito escondido neste orçamento. Em relação à Educação, está a ser tomada uma decisão quanto ao parceiro privado a integrar a empresa municipal responsável pela construção das novas escolas, mas julgamos que durante os meses de Janeiro e Fevereiro já vamos estar no terreno com obra. Em Dezembro de dois mil e sete podemos já ter três escolas prontas, isto segundo a proposta dos dois concorrentes que estão, praticamente, em condições de poderem ganhar a situação a que concorreram, o que nos dá uma satisfação porque em dois mil e nove vamos ter o nosso plano de investimento na área da Educação. Uma nota à margem é que este ano o Ministério quer encerrar cerca de dezasseis ou dezoito escolas no nosso Concelho, estou a resistir, mas também entendo que não posso resistir tanto, na medida em que o não encerramento de uma escola representa alguma dificuldade de integração futura para as crianças dessas salas de aula. Estamos a falar das escolas que têm cerca de dez ou menos crianças, nalguns casos; com os quatro anos na mesma turma; uma professora só para os quatro anos. As condições de habitabilidade não são as mais apropriadas às exigências de hoje e, portanto, não sei até que ponto devo aceitar de modo fácil, digamos assim, o encerramento das escolas, tanto mais que eu disse à Direcção Regional de Educação de Lisboa e à Senhora Ministra da Educação de que estávamos em curso com um projecto de reagrupamento dos espaços escolares, mas se a decisão for tomada daqui por dois anos de encerramento das escolas, ou não encerramento, posso prejudicar gerações de crianças, isto é, há crianças que hoje estão na segunda ou terceira classes e, se eu disser que as escolas não fecham porque a Câmara não aceita o seu encerramento, eles perderão a oportunidade de estarem integradas num outro grupo escolar, com as suas vantagens inerentes. É um assunto que tem que ser maduramente pensado, mas o problema das escolas está, de facto, a ser tratado e é um dos grandes objectivos deste Plano. Depois também a água e saneamento, como sabem, já foi adjudicada a nossa «CREL» da água, que vai ligar a Arsena e que vai duplicar, em finais de dois mil e sete, meados de dois mil e oito, a capacidade de adução de água ao Concelho, neste momento nós consumimos vinte e quatro mil metros cúbicos de água, por dia, estamos no limite da nossa capacidade de reserva e de transporte de fora para dentro, para o Concelho, e, a partir de dois mil e oito vamos ter quarenta e oito mil metros cúbicos de água disponíveis, por dia. Isto representa uma duplicação do caudal adutor, mas também a satisfação e a resolução desse problema que é o abastecimento. Também no saneamento, ainda a semana passada foram consignados, na Câmara Municipal, o saneamento da Murgeira, Gradil e Caneira. Até ao final do ano serão adjudicados os intersektores que vão ter à Foz do Lizandro e a grande estação de tratamento da Foz do Lizandro, que vai ser na zona da Senhora do Ó, que permite resolver o problema do Sobreiro, da Achada, de uma parte de Mafra, da Carvoeira, da Baleia, portanto, todas aquelas povoações ali à volta. Será o grande ano de investimento nesta área. Depois, na requalificação urbana, com o Largo do Freixo, na Venda do Pinheiro, onde hoje existe a escola primária, que vai ser demolida, para organizar um espaço lúdico, recreativo, de entretenimento e de convívio. Também o Largo da Igreja da Malveira, todo aquele largo em frente à biblioteca, escolas, Junta da Freguesia, vai ser transformado numa zona de recreio e lazer, vamos lá ver como é

que os feirantes reagem, mas a Junta da Freguesia garantiu-me que aquele espaço ficará livre para ver se se consegue, durante quase todos os dias da semana, manter alguma utilização lúdica e interessante naquele espaço. Também aqui na Praça da República e zona envolvente em Mafra vai ser transformada, não haverá grandes alterações, mas vai ser reequacionada toda a problemática do trânsito, privilegiando o peão em detrimento do veículo automóvel. Nas zonas balneares, a requalificação da Foz do Lizandro vai ser submetida a obras de infra-estruturação, passando pelo acesso à Foz do Lizandro que vai ser alterado, passa, igualmente, por um grande parque de estacionamento e pela requalificação de toda a zona de frente de mar e de rio, é um projecto que contamos com os dinheiros comunitários para que possamos fazer face a esse investimento. Também nas outras praias, vamos proceder à requalificação do equipamento, dos apoios de praia, já temos um projecto de arquitectura definido para os vários tipos de praia que temos, está em apreciação na CCDR, e, portanto, vamos ter também aí uma outra situação muito interessante a acontecer. Depois, vamos ter também o CDH, habitação a custos controlados mais destinada a jovens casais que se queiram fixar e que tenham dificuldades. Neste momento, estamos a preparar o regulamento, está a decorrer o concurso, a construção ir-se-á realizar perto do edifício da Misericórdia, por trás da GNR, são sessenta e quatro fogos para jovens, estamos a consultar o regulamento da EPUL para jovens e a adaptá-lo à nossa realidade. A construção da CRIMA três está neste momento em concurso e vai ligar o Sobreiro ao alto do Sobral da Abelheira, já estão a ser levantados os cadernos pelas empresas concorrentes e durante o próximo ano estará pronta, para além, como é obvio, da A vinte e um que julgo que até à Ericeira, com os atrasos à célebre questão dos sobreiros, poderá estar pronta entre Setembro, Outubro, Novembro, ainda estamos a afinar o cronograma de execução com o empreiteiro para ver se sabemos com alguma aproximação a data, estamos em cima para que se cumpra um prazo. Esse atraso dos sobreiros, para além dos custos inerentes, as indemnizações que são devidas ao empreiteiro por interrupção da obra, provocaram na obra toda também, mais nas terraplanagens, algum atraso. Passo agora a palavra ao Vereador Gil Ricardo para, de uma forma sucinta, apresentar os restantes pontos do Plano.” -----

-- O Vice-Presidente da Câmara Municipal de Mafra, Gil Ricardo, esclareceu que “naturalmente, já todos tiveram oportunidade de verificar que, relativamente ao ano anterior, estamos a apresentar um Plano e um orçamento com uma redução de montante. O Plano deste ano, do ano de dois mil e seis, tinha uma verba na ordem dos quarenta e nove milhões de euros prevista, está com uma execução na ordem dos cem por cento, o plano foi rigoroso acabou por ser um Plano equilibrado. Este ano, vamos apresentar um Plano com um orçamento que tem uma redução na ordem dos quatro por cento, estou a falar de quarenta e seis milhões e quatrocentos mil euros, mas, sem prejudicar nem temer alguma dificuldade no investimento, tendo em conta o rigor e a contenção, vamos, com certeza, prosseguir com os objectivos e as prioridades que foram aqui definidos pelo Senhor Presidente. Nesse sentido, faço apenas aqui alguns comentários sobre aquilo que aparece nas linhas estratégicas com os montantes que estão definidos, nomeadamente na questão que tem a ver com as despesas correntes, há uma evidência, da parte do Executivo Municipal, no sentido de reduzir as despesas correntes em relação ao ano de dois mil e seis, vamos continuar esse esforço, tendo em conta, ainda, as consequências inerentes ao aumento da participação da Câmara no âmbito da Caixa Geral de Aposentações, de treze por cento passa a quinze por cento, mais dois por cento, nas despesas que vêm associadas à massa salarial produzida, tendo em conta a actualização dos salários da função pública para o ano de dois mil e sete. Ainda assim, conseguimos reduzir em cerca de um vírgula sete por cento aquilo que foi a projecção de dois mil e seis. Sendo assim, posso dizer-vos que estimamos, porque aqui a média é sempre balizada por aquilo que o POCAL nos impõe, os valores que aqui aparecem descritos, referentes aos últimos vinte e quatro meses, são os valores médios apurados e que poderão não corresponder, no final do ano, ao valor que se irá evidenciar, isto é, a média de

dois anos dará, seguramente, um valor inferior àquela que será apurada num ano. Posso dizer, neste momento, que temos uma média do ano de dois mil e seis de cerca de dezoito milhões de euros de impostos directos, quando nós propomos, com todo o rigor e com alguma contenção, um valor de apenas quinze milhões, salvaguardando alguma derrapagem que possa acontecer, na medida em que estamos sempre a trabalhar sobre dados previsionais e, como sabem, para além do IMI que é um valor de referência, o IMT é um valor que não podemos, de forma nenhuma, considerar um valor perfeitamente exacto daquele que vai ser referenciado como valor apurado no momento, funciona sempre em função das transacções comerciais que existem. Por outro lado, temos aqui outro valor, que é o da parte das transferências correntes, que no regulamento aparece com sete milhões de euros, digamos que, em relação ao valor do ano anterior, aparece muito forçado. Vou explicar porquê, é que aqui temos aquela particularidade do novo modelo que foi criado para a Lei das Finanças Locais, nós seguimos já a ideia de, tendo por princípio a aprovação da Lei, vamos dividir estas parcelas, aqui aparece o montante dos sete milhões referenciado como o Fundo Social Municipal, o FEFE, e já a participação no IRS, aparece já aqui discriminado, daí a razão de aparecer uma verba elevada na parte das despesas correntes. Estes valores que aparecem aqui mais elevados têm a ver com estas alterações que foram produzidas para este ano. Relativamente às receitas de capital, poderei dizer que são substancialmente mais baixas do que no ano de dois mil e seis, mas prendem-se, essencialmente, com a pouca possibilidade de estarmos constantemente na venda do património, este ano é o que vai acontecer com o CDH, há uma venda de terrenos que vai produzir o efeito positivo, por outro lado, esperamos também desenvolver o projecto do Parque e Oficinas, que aparece aqui referenciado, e, por outro lado ainda, aparecem aqui valores que estarão no orçamento proposto para este ano de dois mil e sete, mas que poderão não vir a acontecer, que se prendem com os direitos de superfície relativos à implementação do Parque Escolar. Globalmente, na parte das receitas temos estes valores apurados e isto são os tais quarenta e seis milhões, quatrocentos e quarenta e seis mil euros que estão aqui descritos nesta aferição de montantes. Eu estou a fazer um apanhado geral para depois em detalhe podermos ver, de certa forma, aquilo que aparece espelhado em cada rubrica." Sobre esta matéria, o Senhor Vice-Presidente procedeu a uma apresentação em *Powerpoint*. "Na parte das despesas correntes, cada vez se verifica mais a evolução da aquisição de bens e serviços, isto em função da própria situação dos serviços que são prestados por empresas que fazem a recolha dos resíduos, como a Ecoambiente; a Simtejo na parte do tratamento de efluentes; a parte da própria solução que temos criado no âmbito do fornecimento de refeições às escolas e aos espaços que estão na área municipal com esta função; tudo isto são aquisições que teremos que fazer e vão sendo um peso grande no orçamento municipal. Por outro lado, na aquisição de bens de capital, não perdendo de vista a ideia de investimento, e aqui a perspectiva em que se tenta demonstrar que isso não fica prejudicado, com a solução da criação da Sociedade Anónima no âmbito do Parque Escolar, que vai ter um investimento na ordem dos cerca de quarenta milhões de euros, globalmente. Nós, sem «beliscarmos» o orçamento municipal, dentro daquilo que já fomos habituados a fazer durante estes anos, vamos manter esse investimento. Como esta SA vai ter este financiamento próprio continuamos a fazer valer o investimento, tendo em conta um valor mais reduzido para que ele fosse equilibrado, aparecendo dezassete milhões de euros de investimento na área daquilo que é habitual, nomeadamente nas comunicações, da parte da rede viária em si e em tudo aquilo que são investimentos e infra-estruturas diversas. Depois, praticamente em despesas de capital, só aparecem os passivos financeiros, com setecentos e cinquenta e oito mil euros, que são as amortizações dos empréstimos e outras despesas de capital. Tenho para vos dizer que há aqui verbas que são mais significativas sempre no âmbito das despesas correntes do que na parte de capital, mas não prejudicando, naturalmente, os investimentos. Portanto, nos impostos directos temos quinze milhões; impostos indirectos dois mil e

quatrocentos; taxas, multas e outras penalidades, quatro milhões, novecentos e trinta e um; transferências correntes, sete milhões, cento e quarenta e sete. Posso dizer que o tal imposto municipal de transmissões onerosas de imóveis, o IMI, que esperava que esperava que tivesse um acentuado crescimento, não tem, estamos a falar de sete milhões, cento e cinquenta e seis mil euros. Em relação aos loteamentos e obras, são valores que estão estabilizados, não vão aumentar, pensamos que dentro da última média que foi feita se mantêm, não temos aqui valores de referência muito significativos. Relativamente à Administração Central, verifica-se a divisão dos valores que o Estado pretende atribuir ao Município este ano: o Fundo de Equilíbrio Financeiro, o FEFE, com um milhão e novecentos mil; o Fundo Social Municipal, com oitocentos e cinquenta e seis mil; e a tal participação fixa no IRS, como referência dada, nós não conhecemos os detalhes desta nova situação. Aqui nos outros, referem-se a transferências relativas a processos de recenseamento, actos eleitorais e verbas distribuídas pelas Juntas de Freguesia, acordos de cooperação, transportes escolares, actividades de enriquecimento curricular, entre outros. Nas transferências correntes, o valor mais importante é aquilo que o Estado nos vai entregar, verifica-se que na parte de capital há uma redução substancial do valor que, entretanto, vai ser entregue e aqui aparece o corte dos cinco por cento no âmbito geral. Aparece outro valor significativo com as rendas das várias situações, a Compagnie Générale des Eaux; a renda da exploração de energia, um milhão e quatrocentos mil, este valor está estabilizado, não há aumento. Quanto mais focos de luz nós tivermos, ainda por cima com menos luz como está a acontecer agora, curiosamente, a nossa renda vai baixando. Temos um valor estabilizado, já é inferior, mas, enquanto não for dirigido pela proporção daquilo que são os consumos, enquanto que na renda da Compagnie Générale des Eaux nós recebemos a renda em função do investimento, três por cento do investimento que vai sendo feito, vai sendo actualizada a renda; no caso da EDP, a renda estabiliza, quanto mais facturação houver, em termos de consumidores, e quanto melhor servido estiver o Concelho, menos recebemos de renda. Em relação à Administração Local, devo-vos dizer que as Juntas de Freguesia não serão prejudicadas, os valores que foram transferidos no ano de dois mil e seis serão rigorosamente os mesmos para este ano, nomeadamente até por parte dos protocolos." -----

-- A Senhora Leonor Coutinho referiu que "foi dito que o orçamento deste ano era inferior ao do ano passado, eu vou fazer aqui, então, uma comparação, relativamente ao orçamento deste ano com o do ano passado. Aquilo que se verifica, a nível das receitas, é que, de facto, há uma baixa de praticamente seis milhões de euros nas receitas de capital, nas vendas das transferências de capital proveniente de sociedades financeiras, ou seja, a Câmara, das suas empresas municipais, daquilo que vendeu, não foi buscar tanto dinheiro como foi no ano passado. O ano passado houve receitas extraordinárias extremamente altas que foram mais elevadas em seis milhões de euros, como o orçamento só baixa três milhões, o resto das rubricas tem um aumento de três milhões. Pode-se dizer que, excluindo uma receita extraordinária do ano passado, que tem a ver com as empresas municipais, as várias rubricas deste orçamento de receitas são maiores em três milhões de euros do que a do ano passado. Assim, nos impostos directos há um aumento de um vírgula um milhão de euros; nos impostos indirectos é praticamente a mesma coisa, uma descida de cem milhões de euros; nas próprias transferências correntes que, obviamente, também consideraram que o Senhor Presidente da República iria assinar a Lei, há também um aumento de um milhão e quatrocentos mil euros, aliás estas várias rubricas, umas têm umas pequenas diminuições, outras têm um aumento, mas, globalmente, têm um aumento de três milhões de euros e há, de facto, uma receita extraordinária que era de seis milhões de euros o ano passado. Eu acho que isto depois não corresponde à realidade, porque os impostos sobem bastante; as transferências também; as várias fontes de receitas, no total, sobem três milhões de euros. A nível das despesas, com esses menos três milhões que vêm de uma receita extraordinária do ano passado, as

despesas correntes mantêm-se mais ou menos idênticas, baixam cem milhões de euros. Nas despesas correntes é mais ou menos a mesma coisa, o que baixa os três milhões é a despesa de capital, o que corresponde, essencialmente, aos investimentos. Nas despesas correntes há uma descida nas despesas com pessoal, somando a segurança social, as contribuições; há um aumento bastante grande da aquisição de bens e serviços que, obviamente, resulta do modelo que a Câmara tem, que é de ter empresas municipais ou parcerias a fazerem os investimentos e depois a Autarquia paga a renda, não se vêem os investimentos, estão camuflados, mas vêem-se as rendas a aumentar e, por isso, como disse o Senhor Vereador, e muito bem, as aquisições de bens e serviços tem vindo sempre a aumentar dentro das despesas correntes. Evidentemente, que a baixa dos investimentos, das despesas de capitais, que essa sim é de três milhões, e, portanto, essa sim é que repercute a descida das receitas de três milhões, devido à não receita extraordinária, essa é, obviamente, compensado por algo que nós não estamos aqui a analisar que são os investimentos que são feitos depois noutras empresas municipais. Eu diria que este orçamento aumenta as receitas, com excepção das receitas extraordinárias; aumenta também as despesas de investimento, mas não reflectidas aqui no orçamento da Câmara, mas reflectido fora. Este é um orçamento muito parecido com o que foi feito nos outros anos, em que se joga com aquilo que é aparente aqui da Câmara, mas em que nos falta toda uma parte muito grande que é a correspondente às parcerias que são feitas depois para todas as outras actividades e claro que é muito difícil analisar esses dados, mas, sobretudo, eu acho é que fazer um «choradinho» com um orçamento que está a aumentar, isso então é que não vale a pena, o modo como é feito é que, nem sempre, é tão transparente como se quer dizer, na medida em que os investimentos que são feitos não estão aqui referidos, porque vão ser feitos noutro lado com as tais parcerias que vamos aprovar. Parece-me que, infelizmente, os investimentos que estão a ser pensados e que vão ser feitos por essas parcerias, são investimentos que resultam do das opções que a Câmara tem tido para o crescimento de Mafra, da sua urbanização e do seu crescimento como Concelho «dormitório», o que levou a um défice de escolas muito grande e que agora vai obrigar a um investimento muito grande nesta área. Escolas onde estão entre sete a dez alunos numa só sala, com um só professora, para fazer os quatro anos, é evidente que são crianças que vão ter esse estigma toda a vida porque não tiveram uma educação normal. A nível do saneamento, gostava de me regozijar pelos investimentos que são feitos porque aí também penso que há um atraso muito grande, felizmente que vai ser possível, e espero que assim seja, com a CCDR e com os Fundos Comunitários fazer a requalificação de muitas zonas. Continua, igualmente, um grande investimento em estradas que não está aqui espelhado, porque vai ser feito noutro sítio, mas ainda é extremamente forte e denota um crescimento do mesmo tipo, ou seja, um alastramento de uma mancha cada vez mais de tipo suburbano, retirando a qualificação que o Concelho tinha e impedindo que este se requalifique na utilização da paisagem do litoral que tem e apostando, muito mais, no Turismo e na fixação de indústrias que valorizem mais o Município, o que seria uma melhor tendência para o desenvolvimento, de uma maneira mais equilibrada e que não trouxesse tantas desigualdades de saneamento, de falta de equipamento que depois são uma «bola de neve» que nunca mais acaba. Gostaria apenas de terminar, dizendo que este orçamento é, de facto, de maiores despesas, muitas delas não estão aqui reflectidas, mas é um orçamento de investimento e o crescimento é mais do mesmo, não há alteração, a não ser nas escolas e no saneamento.” -----

-- O Senhor Miguel Ângelo interveio, dizendo que “a minha intervenção vem um pouco na sequência da intervenção da Doutora Leonor Coutinho e tem a ver com algumas ideias que pretendeu passar aqui e que eu, de todo, discordo. Por um lado, reduz-se nas despesas de pessoal, mas aumenta-se na aquisição de bens e serviços. Se formos ver no orçamento, os «pesos pesados» da aquisição de bens e serviços é uma rubrica de transportes e alimentação e refeições, neste caso a alimentação e refeições tem a ver com as escolas com a alimentação que é

prestada nas escolas primárias. Gastar dinheiro com a prestação de refeições às crianças nas escolas, acho que ninguém vai pôr em causa, desde que a qualidade seja assegurada. Depois, falou-se aqui noutra questão, sobre o défice nas escolas, estamos a falar disto e depois fala-se de escolas que têm seis ou sete alunos, afinal não há défice, há excesso. Uma escola está preparada para ter quarenta, tem lá sete; a escola existe, não há défice de escola, aquilo que nós estamos a fazer é requalificar o Parque Escolar. Não é dizer que há faltas de escolas, tem que ser dito que as escolas que existem têm é um modelo que já não é adequado aos nossos tempos e que precisa de ser revisto. São várias as situações que estamos a requalificar, porque até há escolas que têm excesso de salas. Em relação à questão das transparências com as parcerias, se as parcerias a realizar pela Câmara vêm a esta Assembleia, a transparência está garantida. Nós, como órgão soberano deliberativo do Município de Mafra, podemos apreciar e ver o modo como são feitas estas parcerias. Relativamente a outra questão, penso que se há um exemplo que pode ser dado para o futuro, inclusivamente da nova Lei do sector empresarial local, em que tem que haver um *project finance* e viabilidade da própria empresa e que esta não traga custos adicionais para o Concelho, é o caso da Mafratlântico." --

-- O Senhor Joaquim Cruz disse que "relativamente aos documentos previsionais para o ano de dois mil e sete, orçamento e grandes opções do Plano, eu gostaria de proferir algumas observações. O PSD de Mafra nas últimas eleições autárquicas apresentou vários objectivos, metas de actuação para o Município, com maior destaque para os seguintes pontos: Educação, Ambiente, Abastecimento de Água e Saneamento, Rede Rodoviária do Concelho e Reabilitação Urbana. Parece-me que estes objectivos têm sido cumpridos com ambição e rigor, tanto no orçamento anterior, como neste orçamento agora presente. A Educação, e como o Senhor Presidente teve oportunidade de explicar, eu acho uma das apostas mais originais e extraordinárias do Concelho de Mafra e deste Executivo Camarário. Ela é realmente inovadora e de motivo de orgulho nacional não só preconizada pela Carta Educativa que constituímos, quando ainda ninguém estava sequer a pensar nisso, mas também pelo projecto de reestruturação da rede escolar. Nós estamos a reabilitar, nós estamos a dar novas condições e há uma aposta clara na Educação. Dos problemas que Portugal tem e que enfrenta no Mundo, acho que a única forma de nós sobrevivermos não só no Concelho de Mafra, mas a nível nacional, é realmente através da aposta na Educação. Relativamente ao Ambiente, tem sido também uma aposta clara e é um dos principais investimentos que aparece também neste orçamento. O aumento da capacidade do sistema de abastecimento de águas em todo o Concelho também prova aqui que se pensa no futuro, também já foi referido no orçamento do ano passado, uma posição sustentada de médio e longo prazo por antecipação, nós ainda não precisamos, mas vamos precisar daqui a um tempo. O investimento na rede de saneamento do Concelho reflecte também uma preocupação ambiental e de higiene e saúde pública das populações, indo de encontro a todas as directivas europeias e a tudo aquilo que os Concelhos terão que fazer mais tarde ou mais cedo. Na rede rodoviária será injusto criticar o investimento da Câmara Municipal. A rede rodoviária é algo, em termos económicos, que tem uma importância extraordinária, a nível da distribuição, a nível da mobilidade, das pessoas, das empresas. Estamos muito perto da principal área metropolitana do país, há estudos que até apontam que a maior concentração de concentração de pessoas vai ser na área metropolitana de Lisboa e Mafra está preparada com uma rede escolar, rede rodoviária e questões de saneamento e abastecimento de água. Em relação à reabilitação urbana, foram já referidos projectos, tanto na Venda do Pinheiro, como na Malveira e Mafra. Podíamos, com certeza, ter outro tipo de objectivos igualmente importantes, no entanto as restrições orçamentais obrigam-nos sempre, nestas circunstâncias, a tomar opções e escolhas. No meu entender, estas quatro áreas reflectem necessidades do presente e, sobretudo, impulsionam um desenvolvimento sustentado do Concelho de Mafra para o futuro. Quanto aos dados financeiros, passo a fazer a seguinte análise dos números. Já várias coisas foram ditas, tanto pelo Executivo Camarário,

como pela bancada Socialista, relativamente aos números, nas receitas correntes aparecem os impostos directos e indirectos com alguma redução; as taxas de multas e outras penalidades, tem um valor mais ou menos igual; os rendimentos da propriedade também aumentam; transferências correntes aumentam; as vendas de bens e serviços correntes aumentam. Dentro das receitas correntes, eu penso que as transferências são realmente a rubrica com maior aumento, ela foi mencionada pelo Senhor Vereador, que já prevêem o novo modelo das Finanças Locais e, portanto, são estimativas que esperemos que estejam correctas e que prevêem um aumento de transferências correntes. Nas receitas do capital, temos uma diminuição na venda dos bens e serviços, nas transferências de capital. É evidente que nós temos uma redução tanto das vendas, como também das transferências do Estado nas transferências de capital. As outras receitas de capital reflectem a possibilidade de direito de superfície e expropriação. Nas despesas de pessoal, verifica-se uma diminuição. Na aquisição de bens e serviços, que reflecte a rede viária, a água, a reabilitação urbana e saneamento, temos também, devido às despesas de capital, uma manutenção do investimento equilibrado e mesmo com uma ligeira redução. Relativamente a estes números, eu gostaria de mencionar aqueles aspectos que considero mais importantes. Uma diferença positiva e confortante no mapa da relação de receita de despesa corrente de capital, este orçamento para dois mil e sete assume os compromissos do passado, as dívidas, os investimentos plurianuais, os encargos, de forma equilibrada, não hipotecando o desenvolvimento das actividades correntes e permitindo investimento. No ano passado, referindo-me ao orçamento de dois mil e seis, disse que o orçamento de despesa de pessoal estava equilibrado, em comparação com outras estruturas públicas, no entanto apelava sempre à contenção do mesmo e à diminuição da contratação de pessoal, sempre que possível a opção do *outsourcing*, e hoje vejo neste orçamento, com satisfação, não só aquilo uma diminuição no ponto sete, referente ao esforço de contenção da despesa com o pessoal, tendo já em conta o aumento da taxa salarial e o aumento da participação para a Caixa Geral de Aposentações, mas também o aumento na aquisição de bens e serviços, dezoito por cento do *outsourcing*. Temos cerca de menos dez milhões de euros relativamente a receitas extraordinárias. Há aqui uma iniciativa e uma criatividade que foi feita ao longo dos anos por este Executivo Camarário que foi alguma criatividade de investimentos, que saíram muito rentáveis e permitiram «alavancar» outras obras com bastante envergadura, mas nos últimos anos essas receitas extraordinárias se calhar não transmitiriam também tão bem aquilo que verdadeiramente se passa, não conseguimos todos os anos, com certeza, tirar «coelhos da cartola». Este ano conseguimos, penso eu, estamos mais perto daqueles que são os valores reais do Município de Mafra, por isso também nos permite ver, com maior visibilidade, aquilo que se passa nas contas do nosso Concelho. O orçamento garante um aumento na despesa relativamente à aquisição de bens e serviços, sobretudo na área do Ambiente, conservação de espaços verdes e limpeza nas áreas urbanas. No passado, tivemos a possibilidade de nos endividarmos, se bem se lembram, em mais um milhão e cem mil euros, não o fizemos e hoje, com as eventuais mudanças transcritas no actual projecto de Lei das Finanças Locais, talvez até ficássemos prejudicados. Por outro lado, foi uma opção na altura consciente que enfatizou a preocupação e o rigor orçamental. Quando se falou aqui na Lei das Finanças Locais, nós não podemos utilizar esta Lei, por um lado para falarmos de determinadas situações e depois quando estamos a criticar este orçamento esquecermos daquilo que é a tónica da Lei das Finanças Locais. A Lei das Finanças locais é, quanto a mim, algo que, se calhar é positivo, daquilo que se passava na norma do país, talvez seja um «garrote» à dívida que os Municípios possam ter, mas, por outro lado, ela flexibiliza e premeia projectos de empresas municipais sustentáveis, como é evidente, que depois, dentro da Assembleia Municipal, nós temos obrigação de nos monitorizarmos, de pôr em causa algumas questões sobre os próprios projectos. Nós não podemos criticar aqui tudo aquilo que são alguns projectos bastante sustentáveis deste Executivo

Camarário, que são algumas das nossas empresas municipais, que aquelas que têm sido controladas pela Câmara Municipal e que têm a maioria do capital da Autarquia, têm uma prestação muitíssimo boa e têm um rigor de contas excelente que tem sido aqui discutido, há coisas que não nos é possível fazer de determinada forma. Os projectos de excelência têm-nos permitido usufruir de determinadas coisas que, de outra forma, seria completamente impossível. Com este orçamento, o Executivo Camarário ainda enfrenta um corte nas receitas e transferências, garantindo o mesmo volume de verbas a transferir às Juntas de Freguesia, mesmo apanhando algum corte orçamental, mantém-se aquilo que se dá às Juntas de Freguesia e isso acho que é positivo, penso que aí o Executivo Camarário teve sensibilidade política daquilo que são as necessidades das Juntas de Freguesia. Gostaria, igualmente, de dar os parabéns aos trabalhos das Juntas de Freguesia que têm sido fantásticos neste Concelho e que garantiram, por exemplo, no último temporal a minimização dos estragos provocados. As Juntas de Freguesia estão a trabalhar verdadeiramente. As estimativas daquilo que vamos receber são tudo estimativas dentro de uma Lei que ainda não sabemos o que é que vai dar, mas as estimativas para dois mil e seis das receitas do IMI, IMT e IRS parecem-me sensatas. A Câmara Municipal de Mafra, com a apresentação deste orçamento, está a garantir um nível de investimento público satisfatório, penso que até muito acima da média nacional e de Câmaras com estruturas equiparadas. Parece-me que, devido às tendências das reformas administrativas do poder local, a «subsídio-dependência» vai ser penalizada, cada vez mais, a iniciativa local será premiada e valorizada. Neste sentido, sinto-me confortável com a gestão autárquica do actual Município de Mafra. Portanto, com a redução que possamos ter dentro da Lei das Finanças Locais, de transferências, também Mafra é extraordinariamente dinâmica na criação de projectos, talvez aí se compense. Relativamente a esta matéria e a esta filosofia, não sei se viram hoje, num jornal diário, um artigo muito interessante sobre o pacto de estabilidade e crescimento e que pode ser aplicado às Autarquias. Realmente, a primazia e aquilo que na Europa se diz sobre a gestão autárquica, e, sobretudo, comparam Portugal com dois países escandinavos, é extraordinariamente importante que a nossa concentração, a pendência das transferências gerais do Estado, naquilo que são os países nórdicos e naquilo que será o futuro, será cada vez menor; os impostos municipais representarão a maioria e com um peso cada vez maior das receitas e, por outro lado, o Estado tende a premiar os projectos de excelência das Autarquias. As Autarquias vão ter, cada vez mais, uma responsabilidade social dentro do seu orçamento não só a Educação, mas também o Estado vai transferir responsabilidades para a gestão autárquica e a essa matéria penso que também devemos estar atentos porque vai reformular aquilo que tem sido a dinâmica autárquica do país. Não detecto «malabarismos» financeiros e contabilísticos, pelos menos não são perceptíveis a olho nu, que deturpe a saúde financeira da Câmara Municipal de Mafra. Como estes documentos dão trabalho, e estes números não aparecem ali por acaso, há equipas e há gente a trabalhar há muito tempo neste tipo de documentos e nós até quando vimos aqui à Assembleia Municipal devemos ter essa sensibilidade e não falar dos mesmos com alguma leviandade, que às vezes é própria também do discurso político, eu queria dar os parabéns ao Executivo pela apresentação do documento, aos serviços que o elaboraram, aos responsáveis directos na sua execução, parabéns também à Vereação com responsabilidade na gestão do pelouro e, finalmente, ao Senhor Engenheiro José Ministro dos Santos.” -----

-- A Senhora Leonor Coutinho referiu que “eu não falei de «malabarismos» a nível do investimento. Eu apenas digo que eles estão escondidos, há muitos investimentos que foram aqui explicitados, que estão escondidos neste orçamento, não quer dizer que não saibamos onde é que eles estão. Sei perfeitamente que quando os investimentos são feitos a nível de um anexo a um contrato que vão fazer com uma empresa, de um futuro PPR ou parceria público-privada feita com uma empresa a criar, são essas empresas que vão investir e, portanto, o número não está aqui, está escondido. Se nós lermos estes números, vê-se que o

investimento é menos três milhões do que o ano passado, na realidade vai ser muito mais. Porquê? Porque eu tenho que somar a estes que estão assim explícitos os que estão escondidos, porque estão implícitos noutra sítio, mas não estão aqui somados e, portanto, eu não posso dizer que há menos investimento, porque vai haver é muito mais. Aquilo que eu não estou de acordo, acho muito importante que a rede rodoviária seja equilibrada para satisfazer as carências, agora, a certa altura, ela começa a incentivar uma explosão de uma urbanização em «mancha de óleo» e eu penso que é isso que já está a acontecer, há um equilíbrio em tudo, quando há carências tem que se satisfazer, quando se vai além é capaz de se estar a induzir um tipo de desenvolvimento que poder ser depois negativo para as populações que cá vivem. Aquilo que efectivamente cresce nas despesas correntes é a aquisição de bens e serviços. O nosso colega veio aqui dizer que as principais rubricas eram a alimentação e refeições e os transportes, a soma destas duas dá um milhão e meio, há outra rubrica que se chama «outros serviços» que é três vezes maior, são cinco milhões, era a essa que me estava a referir, não era às outras mais pequenas. É esta que cresce oitocentos mil este ano, portanto, é esta que explica o grande investimento das aquisições de serviços e estas não têm a ver com aquilo que foi dito. Eu concordo com que tenham opções diferentes, mas não vale a pena camuflar os números porque os números são estes. Evidentemente que estamos de acordo na política que têm em relação a fechar escolas, não porque haja um excesso, mas porque essas escolas não têm condições e são pouco utilizadas porque estão em locais que não têm igualmente condições para serem utilizadas. Onde há carências é nas novas urbanizações porque o Concelho passou a ter gente em locais onde não havia e, portanto, não havia escolas e nos sítios onde havia população deixou de haver. É claro que é esta alteração urbanística que leva carências. Eu espero que tenha explicitado melhor aquilo que eu queria dizer. Os números são o que são, eu não disse que havia aqui «malabarismos» nos investimentos, digo é que este orçamento não espelha os investimentos da Câmara, porque apenas estão aqui inscritos uma parte deles. Há outros, por acaso em estradas, que estão feitos fora. Os das escolas também ainda aqui não estão porque também vão ser feitos fora.” -----

-- A Senhora Paula Raposo Borges disse que “ouvi com muita atenção a intervenção da Deputada Leonor Coutinho. Eu não sou economista e, portanto tenho alguma dificuldade em discutir números, mas sou jurista e, relativamente às questões que têm mais que ver com o novo pacote das Finanças Locais, tive o cuidado de lê-lo. Fico, de alguma forma, surpreendida porque começou a referir a constitucionalidade dos dois artigos que permitirá, após promulgação, a entrada em vigor desta Lei, quando ela vem inserida num pacote composto por três diplomas, que é o do sector empresarial local, o das Finanças Locais e o das taxas municipais. Eles funcionam, de alguma forma, de uma maneira complementar. Neste sentido, o meu colega Miguel Ângelo disse-o, o Doutor Joaquim Cruz reforçou e eu vou tentar enunciá-lo de um outro modo para não parecer que existem coisas camufladas ou escondidas. Se, por um lado, a Lei das Finanças Locais criou o «garrote» do endividamento excessivo e das sanções associadas a esse mesmo endividamento, falo de uma forma cega e de tal ordem que o Concelho de Mafra está a ser prejudicado por essa circunstância, na mediada em que têm uma verba que transitou do ano passado, relativamente ao montante das expropriações que ainda não foi pago e, portanto, é penalizado por esta aplicação cega das Finanças Locais. Por outro lado, no que diz respeito aos dois por cento ou de dois a cinco por cento que estão previstos em termos de IRS, aquilo que consta do orçamento municipal é uma estimativa, tanto quanto possível, realista, relativamente ao montante dessa verba que será transferida. A Lei das Finanças Locais pretende, assim, impor maior rigor nos limites estritos do endividamento e nas penalizações associadas a esse mesmo endividamento. Já a Lei do sector empresarial local, como aqui foi dito e eu reafirmo, pretende flexibilizar a constituição, funcionamento, a possibilidade de instituição de parcerias público-privadas, público-públicas, tanto assim é que visa, a médio prazo, após o período transitório previsto, aplicar-se supletivamente o

regime do código das sociedades comerciais, tal é a flexibilidade que pretende imprimir a isso, obviamente sempre que haja uma participação de uma entidade pública, salvaguardado que esteja o interesse público, neste caso o interesse municipal. Isto não constitui nenhuma forma de camuflar, de esconder, de distribuir investimento; constitui uma forma de, mediante uma determinada opção estratégica que já foi tomada, até pelo Grupo Municipal da Senhora Deputada em alguns documentos, nos anexos às ordens de trabalho, que tive oportunidade de ler, essa opção estratégica penso que não é posta em causa por ninguém. As escolas são, de facto, necessárias. Investir na Educação é necessário e no capital humano é uma prioridade inquestionável e, portanto, tudo se trata de saber como é que se vai conseguir esses objectivos, atendendo aos diversos constrangimentos orçamentais da Administração Central e até da própria execução deste orçamento, como é que vamos conseguir isso? Os documentos previsionais e plano de actividades, bem como o orçamento destas várias empresas municipais constituídas ou a constituir vêm aos órgãos próprios camarários para serem apreciados e para sobre eles votar. Não há aqui qualquer intenção ou qualquer prática de camuflagem de investimentos; tanto quanto percebo, bem sei que sou recente aqui na Assembleia Municipal, existe um orgulho manifesto, por parte deste Executivo Camarário, na consecução destes dois objectivos ligados, designadamente, às empresas municipais, a Mafratlântico e esta questão do Parque Escolar.” -----

-- O Senhor Presidente da Câmara Municipal de Mafra interveio, dizendo que “eu compreendo o discurso da Deputada Leonor Coutinho porque ainda bem recentemente na bancada da Assembleia da República discutii o Orçamento Geral do Estado e aí sim, tudo é escondido, tudo é camuflado, mas estamos em Mafra, são coisas completamente diferentes. Faça um esforço e meta-se na realidade municipal. Eu devo dizer-lhe que nós em Mafra sempre nos preocupámos com a realidade que são as pessoas, paralelamente, tem que acontecer um conjunto de investimentos para criar qualidade de vida a essas pessoas. Devo dizer-lhe que a Escola Básica do primeiro ciclo Hélia Correia suprimiu a escola da Murgeira, Barreiralva, Mafra, Quintal, Perra, não por falta de crianças, Murgeira e Barreiralva, eventualmente, A da Perra e a de Mafra não. O que acontecia é que as condições de habitabilidade para a prática das novas técnicas de ensino estavam completamente ultrapassadas, isto é o que acontece, um pouco, por todo o país. Eu tenho que antecipar resposta aos problemas do amanhã. Nós estamos a resolver os problemas das pessoas por antecipação. A Senhora Ministra da Educação reconheceu, exactamente, que Mafra na Educação é um modelo. Se eu não tenho dinheiro no orçamento, proveniente das receitas do Estado, como é que eu vou fazer? Criei uma empresa, o que nós vamos fazer é pagar uma renda anual pelo equipamento, à medida que ele vai sendo posto à disposição da Câmara, ao fim de vinte ou vinte e quatro anos, não está decidido ainda, com o reembolso de um valor residual poderá, ou não, ser da Câmara. A Câmara não tem que ter a propriedade de escolas, as escolas que estão a ser feitas não são propriedade da Câmara, a utilização delas mediante o pagamento de uma renda é que são. Comecei por dizer que a Lei das Finanças Locais não é a melhor Lei, mas tem que ser cumprida, não adianta estarmos com situações, temos é que arranjar soluções. Quantos Municípios fizeram a concessão das águas em baixa como nós fizemos na altura? Quantos Municípios fizeram matadouros? Depois, ouvimos aqui coisas como falta de transparência e clareza.” -----

-- O Senhor Vice-Presidente esclareceu que “em relação à Mafratlântico, a CRIMA três, que é aquela que está a ser proposta agora, tem uma particularidade, induz cerca de dez por cento de tráfego a mais na auto-estrada e produz nos próximos vinte anos, em termos de receita, cerca de cinquenta milhões de euros, isto quer dizer que, no valor de dez, onze milhões de investimento, é uma empresa que tem uma rentabilidade extraordinária e que pode ser uma «alavanca» para todos os outros processos de investimento da Câmara. A Mafratlântico é uma referência em valor conseguido em termos de investimento, valor acrescentado no âmbito do Concelho, e passará a ser também uma referência em termos de mais valia para

aquilo que é a participação directa da Câmara porque não podemos esquecer que, neste momento, a Câmara tem noventa e cinco por cento de participação no capital da Mafratlântico. Queria que este dado ficasse claro. Por outro lado, só queria dizer que aquilo que foi dito quando aparece a rubrica zero dois, vinte e cinco, onde faz referência a «outros serviços», aparece cerca de cinco milhões, isto refere-se a contratos de recolha de resíduos sólidos; tratamento de efluentes; recolha selectiva de resíduos, com particularidade importante na área do Ambiente em que temos que começar, cada vez mais, a ter a sensibilidade para este efeito prático; limpeza urbana; manutenção de jardins e espaços verdes; serviços de refeições nos estabelecimentos de ensino; e, sobretudo, a animação e informação turística associada. Estes cinco milhões de euros que aparece na aquisição de bens e serviços estão subdivididos por estas rubricas que aqui indiquei. Sobre a referência que foi feita, relativamente às receitas extraordinárias, elas, naturalmente, valores que têm a ver com expropriações que vão sendo liquidadas ao longo dos anos. Para além disso, quero aqui referir um outro exemplo para ficarem a perceber, mais uma vez, porque é que nós participamos nas parcerias e achamos que estas são um modelo que temos que seguir. Em relação à participação numa empresa que era a Enerflora, essa empresa, ao fim de alguns anos, cerca de sete, oito anos, produziu uma mais valia para o Município de dez por cento do valor, cerca de um milhão e quinhentos mil euros. Portanto, aqui se vê a necessidade que temos de arranjar modelos que se acabam por traduzir numa vantagem, o investimento vai para o Concelho e todos os munícipes beneficiarão desse investimento.” -----

-- O Senhor Manuel Pimenta referiu que “hoje tem-se falado muito da transparência, do rigor, e eu vou reportar-me, um pouco ao ponto seguinte, que também tem a ver com isto. Começo por fazer uma referência à Mafratlântico que está aqui em causa, em relação à CRIMA três e ao estabelecimento deste contrato-programa aqui coloca-se uma questão. Eu não sei se esse induzir de dez por cento são suficientes para cobrir a despesa do custo da CRIMA três, ou seja, a Mafratlântico vai servir de «chapéu» de financiamento para construir a CRIMA. Se eu fosse accionista privado da Mafratlântico, não subscreveria a este programa e pedia, ainda, a demissão da administração da Mafratlântico, porque o *project finance* tem que criar financiamento que dê para construir e para pagar o endividamento. A CRIMA, mesmo que induza dez por cento de tráfego, não vai pagar, de certeza, o custo da obra. Isto será correcto, será legal? Tenho as minhas dúvidas que o Tribunal de Contas subscreva isto. Se, efectivamente, a CRIMA se paga, porque é que a Câmara não faz um contrato de endividamento, porque é que vai buscar o «chapéu» da Mafratlântico? Porque é que vai aumentar a dívida da Mafratlântico?” -----

-- O Vice-Presidente da Câmara Municipal de Mafra respondeu, dizendo que “eu referi que induz a dez por cento de tráfego, isto corresponde a cinquenta milhões de euros, num prazo de vinte anos, na A vinte e um, para uma obra que custa onze milhões de euros. Vale a pena, ou não, fazer a CRIMA três? Vale a pena, ou não, suportar na Mafratlântico este investimento? Eu pergunto, era a Câmara que, em alternativa, ia contrair o empréstimo? Como se não tem poder para se endividar? Ficamos sem obra? É preferível ficar com um Concelho parado? É isto que pretendem? É isto que o Partido Socialista quer fazer? Eu quero um Concelho que seja dinâmico, que seja activo e que continue a fazer obras, é isso que nós preconizamos, de outra forma, seguramente, não temos solução. Se temos uma indução de tráfego de dez por cento na A vinte e um, o correspondente a cinquenta milhões de euros, no período de vinte anos, porque não utilizar este método e este modelo para conseguir este objectivo?” -----

-- Não havendo mais intervenções, passou-se à votação deste ponto, tendo este sido aprovado por maioria, com sete votos contra do Partido Socialista, uma abstenção da CDU e vinte cinco votos a favor do PSD e Independentes. Prosseguiu-se com o ponto referente ao Contrato-Programa entre o Município de Mafra e a “Mafratlântico – Vias Rodoviárias, EM” – Aditamento. O Senhor Presidente da Câmara Municipal de Mafra ausentou-se da sala. -----

-- O Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal de Mafra disse que "queria apenas aditar um esclarecimento sobre esta matéria. Como sabem, a documentação que foi distribuída propunha, exactamente, uma solução de contratos-programa à medida que a obra ia acontecendo no projecto Mafratlântico. A CRIMA três não estava contemplada, inicialmente, neste projecto da Mafratlântico. Houve a ligação da variante norte da Ericeira, ligação ao Sobreiro, obras contempladas anteriormente na estrutura do modelo de financiamento que foi, entretanto, aprovado pelo Sindicato Bancário, e não se fez referência a esta solução da ligação norte, chamada agora CRIMA três. É neste sentido que nós propomos o aditamento ao Contrato-Programa por forma a que todo este pacote de estradas, sendo certo que elas fazem parte da estrutura global, desta coluna vertebral, que é definida pela A vinte e um, mas que tem que ter associada a conjugação daquilo que é a metodologia utilizada no âmbito do Sindicato Bancário. O Sindicato Bancário pretende que a própria solução encontrada contemple todas as vias que são propostas no âmbito da Mafratlântico." -----

-- O Senhor Miguel Ângelo disse que "dando continuidade à conversa do ponto anterior e relativamente ao Deputado Manuel Pimenta, tenho que dar aqui uma resposta. Ele vem dizer que tendo em conta este modelo encontrada para a construção da CRIMA, jamais faria parte dessa empresa e que, inclusivamente, teria algumas dúvidas. Convém referir que a Vereação, por unanimidade e eu gostava de saber se esta unanimidade conta ou não com a presença dos Vereadores do Partido Socialista, além do projecto que nos foi entregue ser bem claro em relação à viabilidade financeira do mesmo, eu estou certo que a Vereação como um todo analisou isto ao pormenor e este voto por unanimidade não foi, certamente, por distração. Relativamente a esta questão, eu admitia, eventualmente, do meu ponto de vista pessoal, que me viesse pôr aqui a questão «será que é mesmo dez por cento de tráfego?», «será que as panificadoras, o pessoal da agricultura vai todo por ali?», «será que o pessoal do Sobral da Abelheira não vai à mesma pela A oito?», «será que, de facto, o pessoal da Encarnação vai passar a usar a CRIMA?». É evidente que o Sindicato Bancário que vai financiar este projecto e que apresenta também aqui proposta sabe melhor do que nós e fez estudos no terreno, não se empresta dinheiro assim. Portanto, este tem que ser um projecto altamente financiado, tem que se pagar a ele próprio. Relembro aqui que até em relação à A vinte e um, no troço Malveira-Mafra, muita gente criticou os valores de tráfego que na altura se falava. A própria previsão do Sindicato Bancário que fez parte da primeira concessão e do primeiro contrato de financiamento da Mafratlântico falava em volumes de tráfego e aquilo que nós viemos a constatar, na realidade, é que estavam errados, estavam errados pela positiva, ou seja, o volume de tráfego acabou por ser muito superior. Portanto, até neste aspecto nem aqui se pode levantar dúvidas, se tivesse havido uma grande derrapagem nas previsões, agora desconfiávamos destes valores, mas foi o contrário." -----

-- Não havendo mais inscrições, passou-se à votação deste ponto, tendo o mesmo sido aprovado por maioria, com oito abstenções, sete do Partido Socialista e uma da CDU e vinte e cinco votos a favor, vinte e três do PSD e dois Independentes. Prosseguiu-se com o ponto referente ao Plano Municipal de Emergência de Mafra – Revisão. -----

-- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal referiu que "na proposta da ordem do dia que tinha sido enviada, tinha como ponto número três o Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios para o Concelho de Mafra, mas este é uma parcela, relativamente ao modelo total do Plano Municipal de Emergência, daí não ter lógica estamos a aprovar a parte antes do todo." -----

-- O Vereador Hélder Sousa Silva disse que "preparámos aqui uma pequena apresentação sobre o Plano Municipal de Emergência de Mafra. De facto, este plano foi aprovado em mil novecentos e noventa e nove e, dentro do conceito da melhoria da segurança, estava na altura de se fazer uma primeira revisão do plano aprovado. As motivações vão ser apresentadas um pouco mais à frente, mas

essencialmente porque os riscos, quer os naturais, quer os tecnológicos, a que o Concelho em geral e as populações estão sujeitas, vão-se alterando naturalmente. A questão dos riscos é a maior motivação para se pensar e executar a alteração ao plano. Outra motivação prende-se, essencialmente, com a questão dos meios, humanos ou materiais, terão que ser, naturalmente, revistos porque se pretende que o plano seja um instrumento vivo e que a qualquer momento que seja necessário executá-lo ou pô-lo em prática que este responda às necessidades do Concelho e dos seus municípios. A premissa base deste e do outro plano que vão ser apresentados hoje é uma muito simples, que é o suor gasto por todos nós no planeamento, de facto, traduzem-se em vidas que são poupadas em situação de catástrofe. Isto é uma motivação maior para que estejamos todos sensibilizados para esta nossa apresentação. Passava agora a palavra ao Doutor Artur Gomes, um perito nestas matérias e que foi quem nos ajudou a fazer este plano, em colaboração com o Gabinete Municipal de Protecção Civil, e aceitou o convite de vir apresentar este Plano.” -----

-- O Doutor Artur Gomes passou à apresentação do Plano, sendo a mesma anexada a esta acta com a designação de ANEXO QUATRO. -----

-- O Vereador Hélder Sousa Silva referiu, ainda, que “relembra que este plano já teve parecer favorável da Comissão Municipal de Protecção Civil que instalámos, também, há duas semanas atrás, bem como teve aprovação na última reunião de Câmara, há uma semana atrás.” -----

-- Não havendo intervenções, passou-se à votação, tendo este ponto sido aprovado por unanimidade. Prosseguiu-se com o ponto relativo ao Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios para o Concelho de Mafra – Revisão. -----

-- O Vereador Hélder Sousa Silva acrescentou que “confesso que tinha uma apresentação quase tão grande como esta, mas gostaria de vos dizer apenas algumas coisas. Decorrente da legislação que saiu recentemente, eu relembro o Decreto-Lei cento e vinte e quatro, de vinte e oito de Junho de dois mil e seis, onde foi criada um novo sistema nacional de defesa da floresta contra incêndios, o plano que aprovámos aqui no ano passado passou, de alguma forma, a estar desactualizado porque o conceito era diferente e porque, entretanto, também saiu o Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios. Esta primeira revisão segue umas linhas orientadoras que foram determinadas pela Direcção Geral de Recursos Florestais, inspira-se, em muito, naquilo que aprovámos no ano passado, com as devidas correcções, tendendo a ser um pouco mais sintético. É um plano também plurianual, para dois mil e sete, dois mil e onze, e onde todos os eixos prioritários de redução do número de incêndios florestais, na questão da reabilitação das áreas ardidas, nas acções de sensibilização que voltam a ser questões chave, ou eixos prioritários para este novo plano.” -----

-- O Senhor Miguel Ângelo disse que “acho que é de felicitar quando a Câmara tem capacidade para reconhecer que não sabe tudo e recorre a quem sabe mais sobre matérias específicas. É o caso da presença de hoje do Doutor Artur Gomes e que foi brilhante, um dos melhores especialistas nacionais sobre a matéria. Acho que, de facto, teve um contributo positivo, nesta última época de fogos florestais, a participação dos técnicos da Floresta e do Gabinete Florestal que a Câmara criou em parceria. Este tipo de parcerias é fundamental para a melhoria das respostas que temos que dar no nosso Concelho. A Câmara entendeu, e bem, reforçar essa parceria com a Floresta e penso que a todos nos agrada esse movimento para que outras pessoas com um *know-how* mais específico colaborem para a defesa do nosso Concelho.” -----

-- Passou-se à votação, tendo este ponto sido aprovado por unanimidade. Ficou decidido que esta acta seria aprovada em minuta. Terminada a Ordem do Dia, passou-se ao período de Intervenção do Público. -----

-- O Senhor Rui Rocha, da Igreja Nova, interveio, dizendo que “venho aqui falar, como falei na última Assembleia Municipal, sobre um parque eólico que está a ser tão falado. Desde a última vez que me dirigi a esta Assembleia, de forma a ser esclarecido sobre Parque Eólico do Faião - Faião faz parte do Concelho de Sintra, há

três anos quando este projecto entrou no Ministério da Energia também contemplava o Concelho de Sintra, mas Sintra, e agora com este novo projecto, já não tem nada a ver, recusou totalmente este Parque e ficou a Câmara de Mafra que deu um parecer positivo ao Ministério da Energia -, obtive algum esclarecimento, que considero escasso, do Presidente da Câmara, no qual hoje disse exactamente o mesmo, verificou-se que não era conhecedor, em detalhe, de todo este processo. Neste sentido, resolvi tentar tomar o máximo de conhecimento possível sobre o que são os parques eólicos, a legislação que a eles está subjacente, a região onde resido e até envidei alguns esforços, para que a própria população fosse esclarecida. Cumpre-me também dizer que desde sempre fui e sou adepto de fontes de energia renováveis, sempre que estas não sejam um fardo com prejuízos muitas vezes não calculados, podendo ser estes prejuízos muito superiores aos benefícios obtidos. A minha intervenção cairá, portanto, numa exposição clara e objectiva do que fui apurando com a ajuda de bibliografia; de uma Assembleia de Freguesia realizada na Junta da Freguesia da Igreja Nova, através da qual se obteve várias opiniões da população interessada e informada; e queria focar os seguintes aspectos: se falarmos um bocadinho do passado, tal como salientei na última reunião, há cerca de três anos quando este projecto, ou similar, foi exposto e dado a conhecer à população, esta mesma população demonstrou o seu parecer totalmente negativo, ou seja, oitenta e dois por cento da população da Igreja Nova demonstrou que estava contra este projecto, devido a efeitos nefastos que este projecto, com esta dimensão, poderia causar à população. Os motivos apresentados na altura, resumindo assim, foram exactamente uma falta de estudo do impacte ambiental, que na altura realmente e devido aos *megawatts*, não existe nenhum Decreto-Lei que obrigue a esse estudo de impacte ambiental. Isto origina o empobrecimento total da zona não só a descaracterização paisagística, como também a desvalorização de todos os terrenos envolventes. Passados três anos, o projecto, em todo similar, a empresa concorrente continua a ser a mesma, pelo menos a mais forte, que é a Gamesa, uma empresa espanhola, só que agora com algumas diferenças que roçam o limiar da boa fé. Quais são essas diferenças? Há três anos não existiam parques a menos de dois mil metros deste Parque, que é o que é exigido por Lei, visto que a quantidade de *megawatts* permitida não exigia esse estudo de impacte ambiental, na actualidade este Parque Eólico do Faião vai ser implantado a menos de dois mil metros, ou muito próximo dos dois mil metros, do outro Parque Eólico que existe. Como tal, esse estudo de impacte ambiental não existe, continua-se a avançar e ninguém exige a esta empresa que este estudo seja feito, de forma a verificar se causa, ou não, danos nesta região. A forma de negociação, ou melhor, a forma de pressão que a empresa Gamesa está a fazer sobre a população parece digna de um comportamento exemplar de terceiro mundo, onde tudo vale desde que se atinjam os objectivos finais. Existe uma pressão e assim estão a conseguir obter contratos, papéis assinados pelas pessoas, dizendo que cedem os seus terrenos, um engano total à população é o que estão a fazer. Já agora pergunto ao Executivo, logicamente não esperando obter nenhuma resposta, este documento é mais uma sensibilização e também uma forma de prever o que pode daí advir, pelo menos daqui a uns anos eu posso vir aqui dizer que vos avisei, pergunto se não acham que havendo um abaixo-assinado que foi entregue a este Executivo, que por acaso pertencia a outra legislatura, mas continua a ser o mesmo partido e o mesmo Presidente da Câmara, havendo um abaixo-assinado que recolheu oitenta e dois por cento de assinaturas, esta mesma população será que não tem legitimidade de ser informada, sensibilizada e auscultada? Será que é possível estar a «dar ouvidos» a um projecto destes em que a população é altamente prejudicada e até hoje a população, por meios próprios, tem que se estar a mover sem que seja informada pelo Executivo? Não me parece correcto. O único acto informativo, e eu digo isto entre aspas, foi uma Assembleia da Junta de Freguesia da Igreja Nova, em que o porta-voz da dita Assembleia, o Senhor Presidente da Junta, informou a população que sabia muito pouco e remeteu todas as informações para esta Assembleia Municipal que, pelo

que eu percebi agora, não bate muito certo com o que disse o Senhor Presidente. Não me parece normal que, num Estado de Direito, todo este processo se passe, não ao lado porque aqui já não está a passar ao lado, por trás da população, onde os lesados não são informados e os beneficiados são pressionados por uma empresa que, simplesmente, quer implantar um sistema em que, pelo que eu sei, quer obter algum dinheiro, como todas as empresas. Penso que é legítimo aqui afirmar veemente o que penso sobre todo este processo e os possíveis danos que este poderá causar à população e à região, trazendo a esta Assembleia experiências, a nível europeu, com o objectivo de ponderação cuidada e rigorosa da parte que lidera, que são Vossas Excelências. Este projecto que se afigura no horizonte parece-me ser descabido nos moldes em que o estão a tentar implantar. A colocação de geradores eólicos junto às populações parece-me não ser o mais indicado, na medida em que ainda existem muitos locais desertos de população, onde também existe vento a ser captado, tal como acontece na nossa vizinha Espanha porque se forem a Espanha vão verificar que os grandes centros eólicos, um na zona de Saragoça e outro na zona de Cádiz, são implantados em zonas onde não existe vivalma, foi criado agora um sistema de estudo porque na zona de Cádiz, devido à massificação de implantação destes geradores eólicos, está a alterar o trajecto migratório das aves que vêm de África e, como tal, eles estão a pensar dismantelar metade daquilo exactamente por causa disso. Nós parece que estamos sempre a ir atrás dos outros e a cometer os erros que os outros cometem. Verifica-se a falta de um estudo de impacte ambiental. A previsível instalação de geradores eólicos parece apontar para locais onde existe um potencial turístico imenso, locais protegidos arqueologicamente e zonas verdes protegidas. Verifica-se a falta de um conhecimento total por parte dos promotores e deliberadores do projecto, do efeito *strob*, do qual toda a gente fala na Europa, já aqui gabámos tanto os nórdicos que eles tanto falam e cada vez têm mais atenção, devido a causar efeitos realmente nocivos à saúde humana. Uma descaracterização eterna de toda a paisagem e consequente desvalorização dos terrenos envolventes, sem qualquer contrapartida para as pessoas que ficam ao lado, tiveram azar, de onde foi implantado o gerador eólico ou o centro de controlo. Após todos estes pontos, cumpre-me realizar as seguintes questões: quais são as vantagens realmente claras e objectivas de um projecto desta dimensão para a população envolvida? O que tem a ganhar a zona envolvida? O que é que tem a ganhar esta zona com a implantação deste Parque Eólico? E agora vou responder um bocado porque não quero que me dêem as respostas, porque essas já eu as sei. De alguns dos documentos que consultei, está claro que energia eólica não passa de ecologia para «inglês ver», isto foi uma situação do antigo porta-voz de Margaret Thatcher, um senhor que também é político e disse exactamente isto há bem pouco tempo num jornal. Os principais obstáculos ao desenvolvimento da energia eólica em Portugal resultam de três factores: primeiro, impacte ambiental, claro que as empresas não o querem fazer porque, muitas vezes, iriam ser reprovados. Neste caso, ele não existe, portanto, já não é um obstáculo. O segundo é a dificuldade das ligações locais de modos de produção à rede, ou seja, o grande problema das centrais e destas implantações destes Parque Eólicos é, exactamente, trazerem energia que é produzida não sob uma forma alternada, mas contínua, passá-la sob baterias e conseguir injectá-la na rede, logicamente que as empresas que tentam promover isto estão a tentar implantar esses geradores e esses centros de produção junto às estradas para não ter esses custo, mas junto às estradas isso significa o mesmo que implantá-lo junto às casas, junto à população. Outro obstáculo que, pelos vistos, existe em Portugal, mas neste projecto antigo parece que não existia porque se está a implantar ao lado das estradas. O terceiro é a burocracia. Custa-me dizê-lo, mas bendita seja neste caso e espero que seja realmente custosa para que todo o prazo de licenças pare. A produção de energia eólica só é possível, e este é um ponto-chave que as pessoas que falam de energia eólica e falam do projecto, e está provado com países como a Dinamarca, Noruega, Alemanha, França, através de apoios do Estado. Desta forma, não vamos reduzir, como se apregoa, a poluição.

Está mais do que provado que esta forma de produzir energia é totalmente insuficiente e completamente descabida, na medida em que nós não conseguimos controlar a produção que vamos tendo em cada momento, como tal, os gastos também não são previsíveis. O crescimento da energia eólica na Alemanha está a diminuir à medida que os bancos reconsideram as suas estratégias de investimento, se os bancos normalmente a sua função é ganhar dinheiro e estão a fazer estudos e verificam que é um projecto que está, cada vez mais, a dar prejuízos, na Alemanha está a reduzir, drasticamente, todo este investimento. Em França, onde a energia eólica ainda é muito pequena, o Governo pôs um travão no processo, criando regras de planeamento altamente exigentes. O governo dinamarquês foi pioneiro na implantação de geradores eólicos na Europa, cortou totalmente e drasticamente os subsídios, não possibilitando a construção de mais nenhum gerador eólico, tudo isto foi em dois mil e quatro. Para terminar, será que Portugal deverá sacrificar-se tanto por estarmos tão atrasados em relação à Europa e estarmos sempre a dizer que somos «coitadinhos», não aprende com as más experiências dos nossos aliados europeus? Teremos nós que cometer os mesmos erros? Será que nunca deixaremos de ser o «Portugal dos pequeninos»? Não aprendemos com as experiências negativas dos nossos parceiros europeus? Gostaria de terminar com uma frase de sensibilização, não é só pelo motivo de que residio na freguesia em questão, mas também porque acredito, convictamente, que esta não é a solução para o problema de energia que vamos ou futuramente iremos ter. Para aqueles que dizem que dizem que é um mal necessário, eu pergunto «é necessário para quem, quando vamos descaracterizar toda uma zona?» Estes projectos eólicos só vivem à conta de subsídios. Em nome de quem a população deverá acarretar com todas as consequências mencionadas atrás?" -----

-- A Senhora Maria Domingas, do Lexim, disse que "o meu colega já referiu praticamente tudo o que vinha aqui dizer, mas eu falo precisamente da zona do Lexim, em que o Parque Eólico da Igreja Nova está direccionado praticamente todo para essa zona. A Gamesa anda a fazer contratos com as pessoas, está previsto ficar rodeado de aerogeradores, seis aerogeradores na zona do Lexim, a uma distância de duzentos, duzentos e poucos metros das casas. Eu acho que as pessoas que moram no Lexim ficam completamente rodeadas de aerogeradores, fica completamente um inferno, não sei se lá poderão viver. Os subsídios acabam e tudo é desvalorizado. Como mãe de uma pessoa deficiente profunda, a sobrevivência dela está dependente daí." -----

-- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal acrescentou que "renovo a resposta que o Senhor Presidente deu há pouco, a Câmara ainda não aprovou qualquer projecto de qualquer das entidades que estão no terreno à procura de terrenos. Presumo que, em relação a esse assunto, seguramente, serão cumpridas todas as normas legais vigentes, nomeadamente estudos de impacte ambiental, entre outros, se eles estiverem incluídos dentro dessa ordem, pelo menos foi esse o sentimento que ficou aqui presente." -----

-- O Presidente da Assembleia Municipal deu por finalizada a sessão quando passavam vinte e oito minutos das vinte e quatro horas do dia vinte e oito de Dezembro de dois mil e seis. -----

-- Verificada a lista de presenças, foram registadas as ausências de alguns elementos da Assembleia Municipal, tendo para estas sido apresentados os pedidos de justificação de faltas dos seguintes membros: o Senhor António Salvador de Bastos, o Senhor José Carlos Alves Francisco, o Senhor Paulo Jorge da Conceição Ricardo, o Senhor António Manuel Milhano, o Senhor Nuno João da Cruz Sardinha, o Senhor Vítor Gonçalves Rodrigues e a Senhora Olga Pires. O Senhor Nuno João Sardinha foi substituído nesta sessão pelo Senhor José Lourenço Nascimento. -----

-- Para se constar se lavrou esta acta, que vai ser lida, e, depois de aprovada, irá ser assinada por mim que a lavrei, Luís António Ribeiro Alves, e pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal do Concelho de Mafra. -----

Luís António Ribeiro Alves
Luís Mafra



MIGUEL ÂNGELO DA SILVA CORREIA
MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MAFRA

Handwritten signature or mark in the top right corner.

INTERVENÇÃO

Período Antes da Ordem do Dia

Excelentíssimo Senhor Presidente da Mesa da Assembleia e respectiva Mesa;
Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal e respectiva Vereação;
Membros da Assembleia Municipal;
Minhas Senhoras e Meus Senhores;

Pretendo com esta minha intervenção, dar a conhecer a Vossas Excelências que por minha iniciativa deixei de exercer as funções de Coordenador do Grupo Municipal do PPD/PSD, nesta Assembleia.

A razão para esta minha tomada de decisão prende-se com o facto de ter iniciado recentemente a frequência de uma Licenciatura, em regime nocturno e que face aos critérios de Bolonha me deixa pouco tempo disponível para exercer convenientemente as funções de coordenação do Grupo Municipal.

Não estou na política para acumular cargos, mas sim para desempenhar, o melhor que sei e posso, os objectivos pelos quais concorri nas últimas eleições: **defender o projecto do PPD/PSD para o concelho de Mafra** e sobretudo, **DEFENDER OS INTERESSES DOS MUNICÍPES COM O OBJECTIVO DE AJUDAR A CRIAR UM CONCELHO DE MAFRA MELHOR.**

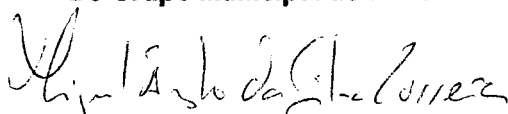
É que, para além das actividades próprias do Grupo Municipal, o cargo de coordenador conferia-me inerência nos órgãos políticos do partido, para as quais o meu tempo disponível também era pouquíssimo.

Estou certo que, face à qualidade do Grupo Municipal do PPD/PSD, a nova liderança conseguirá de uma forma empenhada, levar por diante o projecto social-democrata para este concelho e a sua prossecução em sede de Assembleia Municipal. Da minha parte resta-me continuar como membro desta Assembleia, interveniente sempre que se justifique e ajudando da forma que puder ao perfeito desenrolar deste mandato autárquico.

Aproveito ainda esta oportunidade, para desejar a Todos a continuação de uma óptima época natalícia e fazer votos que o Ano de 2007 que se avizinha traga Paz, Saúde e Prosperidade para Todos.

Assembleia Municipal de Mafra, 28 de Dezembro de 2006

O Membro
Do Grupo Municipal do PPD/PSD


(Miguel Ângelo da Silva Correia)

VOTO DE PESAR

Foi com uma enorme consternação que todos recebemos a notícia do falecimento de Fernando Jacinto.

O Grupo Parlamentar do Partido Social-democrata vem propor que seja aprovado nesta Assembleia um Voto de Pesar a este ilustre autarca.

Durante os seus dezasseis anos como autarca soube, como poucos, defender tão só e sempre a Democracia, o bem-estar e os interesses daqueles a quem se propôs servir.

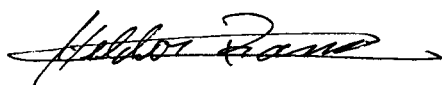
Sempre, e em primeiro lugar, colocou à frente dos seus interesses as gentes de Santo Isidoro prestando um serviço à comunidade, que importa recordar e tomar como exemplo para o futuro. Todos eles, como nós, sentiremos a sua falta.

Inquestionável figura do concelho de Mafra e seu participante activo, propõe-se a esta Assembleia que se envie à enlutada família o teor deste Voto de Pesar.

Mafra, 28 de Dezembro de 2006.

O Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata
representado na Assembleia Municipal de Mafra

1.º Subscritor.



INSTALAÇÃO DE AEROGERADORES NO CONCELHO DE MAFRA

Queremos manifestar a nossa preocupação com alguns aspectos relacionados com a instalação de aerogeradores, nomeadamente nas freguesias da Igreja Nova e Cheleiros.

1. Parece que o processo não está a ser propriamente pacífico, assistindo-se à movimentação de sectores da população, designadamente da Igreja Nova, que questionam os locais de instalação dos futuros aerogeradores.
Ao que sabemos, as preocupações manifestadas na reunião da Assembleia de Freguesia da Igreja Nova do passado dia 24 de Novembro prendem-se, não só com o ruído que farão os futuros aerogeradores e as suas consequências negativas para o bem-estar dos residentes, mas também com a alegada desvalorização dos terrenos, sendo que alguns deles constituem fonte de rendimento para algumas famílias.
2. Por outro lado, o desenvolvimento do processo da futura instalação não estará a fazer-se nas melhores condições de transparência; senão vejamos:
 - O Sr. presidente da Junta da Igreja Nova terá dito aos presentes na última Assembleia de Freguesia que, no que dependesse dele, o parque eólico era coisa que não queria na freguesia.
 - A ser verdade esta afirmação do Sr. Presidente (e ele está aqui, pode esclarecer isso) porque não queria? A sua vontade, como presidente de junta e representante da população da freguesia, não está a ser tida em conta por quem tem o poder de decisão quanto ao parque eólico, nomeadamente a Câmara de Mafra e a Gamesa (empresa responsável pela futura exploração do parque)?
 - Se o Sr. Presidente da Junta tem essa posição de dúvida em relação ao parque e tendo em conta as preocupações da população, não seria de (em nome da transparência do processo) colocar a questão nesta Assembleia? Eu lembro que esta Assembleia Municipal não deverá funcionar apenas como fiscalizadora das actividades do Executivo, mas nela deverá também fazer-se eco das preocupações manifestadas pelos munícipes. E recordo que já não é a primeira vez que se assiste à movimentação das populações, em relação a este assunto.
3. Preocupa-nos a transparência do processo, até porque pensamos que, com vontade de diálogo, é possível ao mesmo tempo dotar o Concelho de meios alternativos de produção de energia (que defendemos) e aliar isso à defesa e manutenção do bem-estar das populações.

Estamos certos de que esta é sempre a melhor via para salvaguardar o desenvolvimento do Concelho. Daí colocarmos aqui a questão.

A CDU-COLIGAÇÃO DEMOCRÁTICA UNITÁRIA DE MAFRA

ANEXO TRÊS

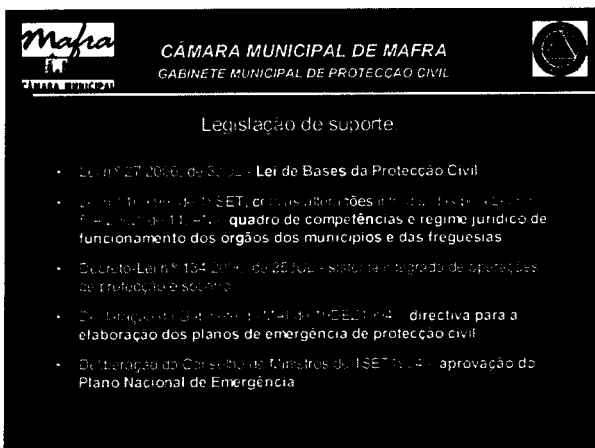


PLANO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA DO CONCELHO DE MAFRA



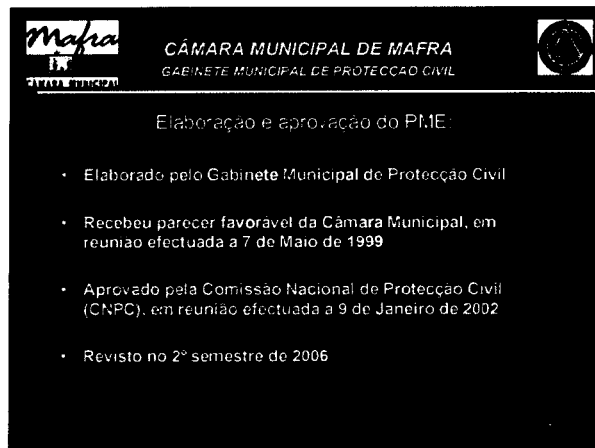
Finalidade: Apresentar o Plano Municipal de Emergência (PME)

- Elementos essenciais integrantes a apresentação:
- Missão e conceito de actuação
 - Estrutura de coordenação e controlo
 - Actividades funcionais
 - Responsabilidades específicas dos serviços, agentes, entidades e organizações de apoio



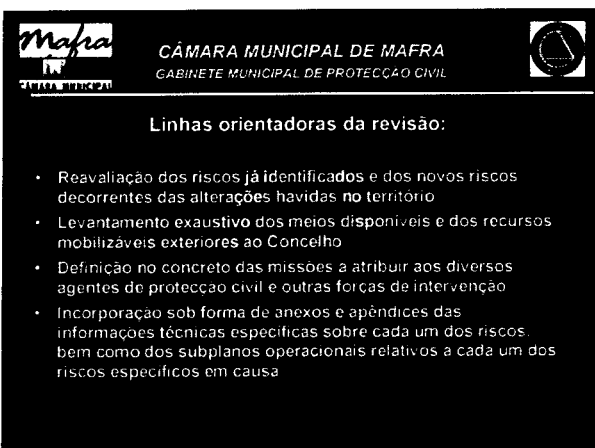
Legislação de suporte:

- Decreto 27.205/6, de 30/10/66 - Lei de Bases da Protecção Civil
- Decreto-Lei nº 11.474/79, do TSEET, criou alterações à estrutura da protecção civil, no âmbito do quadro de competências e regime jurídico de funcionamento dos órgãos dos municípios e das freguesias
- Decreto-Lei nº 154/2004, de 25/04, relativo ao regime de operações de protecção e socorro
- Directiva do Conselho nº 134/2002/CE do TSEET nº 4 - directiva para a elaboração dos planos de emergência de protecção civil
- Deliberação do Conselho de Ministros do TSEET nº 4 - aprovação do Plano Nacional de Emergência



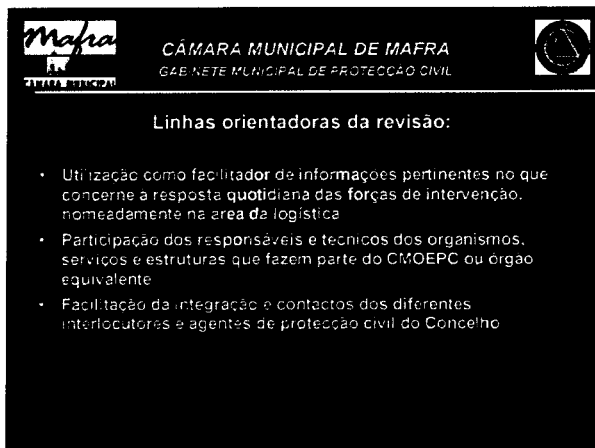
Elaboração e aprovação do PME:

- Elaborado pelo Gabinete Municipal de Protecção Civil
- Recebeu parecer favorável da Câmara Municipal, em reunião efectuada a 7 de Maio de 1999
- Aprovado pela Comissão Nacional de Protecção Civil (CNPC), em reunião efectuada a 9 de Janeiro de 2002
- Revisto no 2º semestre de 2006



Linhas orientadoras da revisão:

- Reavaliação dos riscos já identificados e dos novos riscos decorrentes das alterações havidas no território
- Levantamento exaustivo dos meios disponíveis e dos recursos mobilizáveis exteriores ao Concelho
- Definição no concreto das missões a atribuir aos diversos agentes de protecção civil e outras forças de intervenção
- Incorporação sob forma de anexos e apêndices das informações técnicas específicas sobre cada um dos riscos, bem como dos subplanos operacionais relativos a cada um dos riscos específicos em causa



Linhas orientadoras da revisão:

- Utilização como facilitador de informações pertinentes no que concerne à resposta quotidiana das forças de intervenção, nomeadamente na área da logística
- Participação dos responsáveis e técnicos dos organismos, serviços e estruturas que fazem parte do CMOEPC ou órgão equivalente
- Facilitação da integração e contactos dos diferentes interlocutores e agentes de protecção civil do Concelho

h
2

mafra CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA
GABINETE MUNICIPAL DE PROTECÇÃO CIVIL

PMIE o que é?

- Instrumento à disposição dos serviços da Câmara Municipal, bem como dos agentes e demais entidades e organizações que concorrem para as actividades de protecção civil
- Tem por objectivo possibilitar a unidade de direcção e controlo na coordenação das operações e na gestão dos meios e recursos mobilizados, face a um acidente ou catastrophe, com a finalidade de minimizar os prejuízos e as perdas de vidas
- Funciona como suporte das actividades no âmbito da prevenção, da preparação, da intervenção em operações de socorro e de protecção civil e da reabilitação dos serviços essenciais ao restabelecimento da normalidade

mafra CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA
GABINETE MUNICIPAL DE PROTECÇÃO CIVIL

Estrutura do PMIE

- SECÇÃO I
 - A – Deliberação da Câmara Municipal
 - B – Objectivo
 - C – Manutenção da eficácia do Plano
 - Exercícios e simulacros
 - Revisão e controlo das alterações
 - D – Lista de distribuição
 - E – Lista de siglas

mafra CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA
GABINETE MUNICIPAL DE PROTECÇÃO CIVIL

Estrutura do PMIE

- SECÇÃO II
 - 1 - Referências
 - 2 - Situação geral
 - 3 - Missão
 - 4 - Execução
 - 5 - Administração e logística
 - 6 - Direcção e comunicações
 - 7 - Informação pública

mafra CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA
GABINETE MUNICIPAL DE PROTECÇÃO CIVIL

Estrutura do PMIE

- SECÇÃO III
 - Anexo A – Geografia física e humana
 - Anexo B – Organismos de apoio
 - Anexo C – Direcção e controlo
 - Anexo D - Comunicações
 - Anexo E – Aviso e informação pública
 - Anexo F – Ordem pública, movimentação e evacuação

mafra CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA
GABINETE MUNICIPAL DE PROTECÇÃO CIVIL

Estrutura do PMIE

- SECÇÃO III
 - Anexo G – Socorro e salvamento
 - Anexo H – Saúde e evacuação secundária
 - Anexo I – Abrigo e assistência
 - Anexo J – Assistência técnica
 - Anexo L – Administração e logística

mafra CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA
GABINETE MUNICIPAL DE PROTECÇÃO CIVIL

ESTRUTURA DE COORDENAÇÃO E CONTROLO:

- Vereador com o pelouro da protecção civil
- Chefe do Gabinete Municipal de Protecção Civil
- Comandantes dos corpos de bombeiros
- Comandante do Destacamento da GNR
- Director do Centro de Saúde
- Director do Departamento de Obras e Urbanismo
- Director do Departamento Sócio Cultural
- Director do Departamento Financeiro e Planeamento
- Director do Gabinete de Comunicação

V
dk



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA
GABINETE MUNICIPAL DE PROTECÇÃO CIVIL



NÍVEL OPERACIONAL DE EMERGÊNCIA:

- Nível I
 - Pode ser controlada, exclusivamente pelas forças que garantem a primeira intervenção
 - Está confinada a uma zona de sinistro de reduzida dimensão
 - Não constitui uma ameaça imediata para a vida, bens e ambiente
 - Não requer medidas de evacuação para a em das que digam respeito ao local ou edificação envolvidos
 - O número de vítimas não é superior a 10
 - Não afecta o regular funcionamento da Câmara Municipal



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA
GABINETE MUNICIPAL DE PROTECÇÃO CIVIL



NÍVEL OPERACIONAL DE EMERGÊNCIA:

- Nível II
 - Envolve uma situação de risco potencial significativo ou uma zona de sinistro de maior dimensão
 - Constitui uma ameaça séria para a vida, bens e ambiente
 - Pode requerer medidas especiais de evacuação numa área limitada
 - O número de vítimas pode situar-se entre 10 e 20
 - Pode atingir a curto prazo o Nível III



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA
GABINETE MUNICIPAL DE PROTECÇÃO CIVIL



NÍVEL OPERACIONAL DE EMERGÊNCIA:

- Nível III
 - Envolve uma situação de grande risco potencial ou uma zona de sinistro de dimensão alargada
 - Constitui uma ameaça extrema para a vida, bens e ambiente
 - Pode requerer medidas especiais de evacuação numa área alargada
 - O número de vítimas pode ser superior a 20
 - É declarada a situação de alerta
 - É convocada a Comissão Municipal de Protecção Civil



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA
GABINETE MUNICIPAL DE PROTECÇÃO CIVIL



AValiação INICIAL DO NOE:

- Comandante das operações de socorro (COS):
 - Determina o tipo de ocorrência
 - Avalia o NOE (I, II ou III)
 - Informa, de imediato, o Centro de Coordenação Operacional Municipal (CCOM)

Nota: O NOE é avaliado permanentemente no decorrer da operação



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA
GABINETE MUNICIPAL DE PROTECÇÃO CIVIL



PROCEDIMENTOS DO CCOM:

- Avaliação: emergência do nível III (NOE III):
- CCOM notifica de imediato:
 - Presidente da Câmara Municipal
 - Vereador com o pelouro da protecção civil
 - Chefe do GMPC
 - Restantes membros da ECC
 - Membros da CMPC



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA
GABINETE MUNICIPAL DE PROTECÇÃO CIVIL



PROCEDIMENTOS DO CCOM:

- Avaliação: emergência do nível II (NOE II):
- CCOM notifica de imediato:
 - Vereador com o pelouro da protecção civil
 - Chefe do GMPC
 - Restantes membros da ECC, indicados expressamente pelo Vereador

mafa CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA
GABINETE MUNICIPAL DE PROTECÇÃO CIVIL

PROCEDIMENTOS DO CCOM:

- Avaliação: emergência do nível I (NOE I):
- CCOM notifica de imediato:
 - Chefe do GMPC

mafa CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA
GABINETE MUNICIPAL DE PROTECÇÃO CIVIL

PROCEDIMENTOS DO PRESIDENTE DA CM:

- Decide da declaração da SITUAÇÃO DE ALERTA
- Reúne a Comissão Municipal de Protecção Civil
- Determina o accionamento do PME
- Notifica o Centro de Coordenação Operacional Distrital de Lisboa (CCODL)
- Exerce a função de Director do Plano

mafa CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA
GABINETE MUNICIPAL DE PROTECÇÃO CIVIL

PROCEDIMENTOS DA ECC:

- Comparece no CCOM
- Decide da convocação e contacta outros elementos de entidades e organizações de apoio
- Mobiliza outros meios necessários ao funcionamento da ECC
- Mantém a ligação com o COS
- Coordena e controla técnica e operacionalmente as forças de intervenção, no âmbito das suas responsabilidades
- Solicita ao CCODL os recursos necessários

mafa CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA
GABINETE MUNICIPAL DE PROTECÇÃO CIVIL

PROCEDIMENTOS GERAIS DOS SERVIÇOS, AGENTES, ENTIDADES E ORGANIZAÇÕES DE APOIO

- Participar no planeamento de emergência, através da nomeação de técnicos habilitados, com vista às actualizações do PME promovidas pelo GMPC
- Elaborar e actualizar planos prévios de intervenção e procedimentos operacionais
- Adoptar programas de treino contínuo destinados à manutenção da eficácia das respectivas equipas de intervenção
- Manter em estado de prontidão os meios e equipamentos próprios

mafa CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA
GABINETE MUNICIPAL DE PROTECÇÃO CIVIL

SERVIÇOS, AGENTES, ENTIDADES E ORGANIZAÇÕES DE APOIO. RESPONSABILIDADES GENERICAS

- Gabinete Municipal de Protecção Civil:
 - Apoia o Presidente da Câmara Municipal e o Vereador com o pelouro em matéria de protecção civil
 - Avalia permanentemente os riscos e as vulnerabilidades
 - Assegura a informação e a sensibilização das populações
 - Identifica meios e recursos
 - Coordena o planeamento de emergência
 - Prepara exercícios
 - Coordena as actividades de comunicações e de administração e logística
 - Apoia a avaliação de danos

mafa CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA
GABINETE MUNICIPAL DE PROTECÇÃO CIVIL

SERVIÇOS, AGENTES, ENTIDADES E ORGANIZAÇÕES DE APOIO. RESPONSABILIDADES GENERICAS

- Departamento de Obras e Urbanismo:
 - Coordena as actividades de assistência técnica
 - Providencia equipamento e pessoal destinados a inspecção, escoramento e demolição de estruturas, desobstrução de vias e remoção de destroços
 - Coordena a reabilitação das redes e serviços públicos, nomeadamente abastecimento de energia eléctrica, gas, água e telefones, bem como saneamento básico
 - Colabora na criação de barreiras de acesso ao teatro de operações
 - Garante a quantificação e avaliação de danos
 - Garante transportes e a manutenção e reparação de equipamentos

Handwritten mark resembling a stylized 'N' or 'B'.



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA
 GABINETE MUNICIPAL DE PROTECÇÃO CIVIL



SERVIÇOS, AGENTES, ENTIDADES E ORGANIZAÇÕES DE APOIO
RESPONSABILIDADES GENERICAS

- **Departamento Socio Cultural:**
 - Coordena as actividades de abrigo e assistência
 - Promove a identificação dos munícipes cujas incapacidades físicas levam a necessidade do emprego de meios especiais, em caso de evacuação
 - Assegura as acções de instalação e gestão de centros de acolhimento provisório
 - Garante a assistência e bem-estar das populações evacuadas para os centros de acolhimento provisório
 - Promove as condições de prevenção e protecção das populações escolares



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA
 GABINETE MUNICIPAL DE PROTECÇÃO CIVIL



SERVIÇOS, AGENTES, ENTIDADES E ORGANIZAÇÕES DE APOIO
RESPONSABILIDADES GENERICAS

- **Departamento Financeiro e Planeamento:**
 - Contacta e propõe protocolos com entidades fornecedoras de bens e géneros
 - Proceda a aquisição de bens e serviços requisitados pelo GMPC
 - Propõe a constituição, gere e controla os armazéns de emergência
 - Monta um sistema de recolha e armazenamento de dádivas
 - Propõe as medidas indispensáveis a obtenção de fundos externos
 - Administra os donativos, subsídios e outros apoios materiais e financeiros recebidos



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA
 GABINETE MUNICIPAL DE PROTECÇÃO CIVIL



SERVIÇOS, AGENTES, ENTIDADES E ORGANIZAÇÕES DE APOIO
RESPONSABILIDADES GENERICAS

- **Gabinete de Comunicação:**
 - Elabora e difunde os comunicados resultantes das informações recebidas de GMPC
 - Estabelece a ligação aos órgãos de comunicação social (OCS), com vista a difusão da informação
 - Assegura a informação às populações deslocadas
 - Actua como porta-voz único para os OCS, em nome do Director do Plano e do COS



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA
 GABINETE MUNICIPAL DE PROTECÇÃO CIVIL



SERVIÇOS, AGENTES, ENTIDADES E ORGANIZAÇÕES DE APOIO
RESPONSABILIDADES GENERICAS

- **Departamento de Administração Geral:**
 - Colabora na quantificação e avaliação dos danos
 - Coloca os meios próprios disponíveis à disposição das diferentes actividades operacionais



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA
 GABINETE MUNICIPAL DE PROTECÇÃO CIVIL



SERVIÇOS, AGENTES, ENTIDADES E ORGANIZAÇÕES DE APOIO:
RESPONSABILIDADES GENERICAS

- **Corpos de bombeiros voluntários do Concelho:**
 - Coordenam as actividades de socorro e salvamento
 - Asseguram a operacionalidade permanente das sirenes de aviso e o cumprimento os procedimentos de aviso as populações
 - Organizam os meios de modo a garantir a primeira intervenção imediatamente após a recepção do alerta
 - Garantem o exercício inicial da função de COS
 - Combatem incêndios e procedem a acções de busca e salvamento
 - Socorrem as vítimas com recurso as técnicas de SBV



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA
 GABINETE MUNICIPAL DE PROTECÇÃO CIVIL



SERVIÇOS, AGENTES, ENTIDADES E ORGANIZAÇÕES DE APOIO:
RESPONSABILIDADES GENERICAS

- **Corpos de bombeiros voluntários do Concelho:**
 - Asseguram a evacuação primária
 - Colaboram na evacuação secundária
 - Participam na difusão de avisos as populações, através dos veículos próprios
 - Apoiam a GNR na evacuação das populações
 - Apoiam as acções de instalação e gestão dos centros de acolhimento provisório, bem como a assistência e bem-estar das populações

W
dt



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA
 GABINETE MUNICIPAL DE PROTECÇÃO CIVIL



SERVIÇOS, AGENTES, ENTIDADES E ORGANIZAÇÕES DE APOIO:
RESPONSABILIDADES GERICAS

- **Associação de Socorros da Encarnação:**
 - Coloca os meios próprios a disposição da ECC, para apoio às actividades de socorro e salvamento e de saúde e evacuação secundária
 - Apoiar a GNR na evacuação das populações, nomeadamente das que necessitam de meios especiais
 - Colabora nas acções de mortuária



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA
 GABINETE MUNICIPAL DE PROTECÇÃO CIVIL



SERVIÇOS, AGENTES, ENTIDADES E ORGANIZAÇÕES DE APOIO:
RESPONSABILIDADES GERICAS

- **Guarda Nacional Republicana:**
 - Coordena as actividades de ordem pública, movimentação e evacuação
 - Assegura a operacionalidade permanente dos meios necessários a manutenção da segurança e evacuação das populações, bem como da movimentação e controlo do tráfego
 - Garante, em caso de necessidade, um serviço de estafetas
 - Assegura as radiocomunicações entre os centros de acolhimento provisório e o CCOM
 - Participa na difusão de avisos às populações, através dos veículos próprios



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA
 GABINETE MUNICIPAL DE PROTECÇÃO CIVIL



SERVIÇOS, AGENTES, ENTIDADES E ORGANIZAÇÕES DE APOIO:
RESPONSABILIDADES GERICAS

- **Guarda Nacional Republicana:**
 - Garante a segurança de pessoas e bens, nomeadamente no CCOM, nas zonas de sinistro, de apoio e de concentração e reserva, bem como nas áreas e centros de acolhimento provisório e armazéns de emergência
 - Proceder e orienta a evacuação e a movimentação das populações
 - Controla o acesso aos postos de triagem, assistência pre-hospitalar, evacuação secundária, locais de reunião de mortos e morgues provisórias
 - Mantém abertos corredores de circulação destinados a evacuação secundária
 - Colabora nas acções de mortuária



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA
 GABINETE MUNICIPAL DE PROTECÇÃO CIVIL



SERVIÇOS, AGENTES, ENTIDADES E ORGANIZAÇÕES DE APOIO:
RESPONSABILIDADES GERICAS

- **Brigada Fiscal da GNR:**
- **Delegação Marítima da Ericéira:**
 - Apoiam o Destacamento da GNR na manutenção da segurança e evacuação das populações, bem como na movimentação e controlo de tráfego e demais actividades



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA
 GABINETE MUNICIPAL DE PROTECÇÃO CIVIL



SERVIÇOS, AGENTES, ENTIDADES E ORGANIZAÇÕES DE APOIO:
RESPONSABILIDADES GERICAS

- **Centro de Saúde:**
 - Coordena as actividades de saúde e evacuação secundária, assegurando uma única cadeia de comando para as áreas de intervenção médico-sanitárias
 - Garante a ligação com os hospitais de evacuação
 - Coordena a prestação de cuidados médicos às vítimas até ao limite da sua capacidade
 - Assegura a montagem de postos de triagem, de assistência pre-hospitalar e de evacuação secundária, em estrita colaboração com o INEM
 - Colabora com as Juntas de Freguesia na identificação dos municípios com necessidades especiais



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA
 GABINETE MUNICIPAL DE PROTECÇÃO CIVIL



SERVIÇOS, AGENTES, ENTIDADES E ORGANIZAÇÕES DE APOIO:
RESPONSABILIDADES GERICAS

- **Centro de Saúde:**
 - Garante a evacuação secundária
 - Dirige as acções de saúde pública
 - Coordena as acções de mortuária
 - Organiza o registo de feridos e mortos
 - Assegura os cuidados sanitários nos centros de acolhimento provisório
 - Colabora na avaliação e quantificação dos danos

Handwritten mark resembling a stylized 'N' or '7'.



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA
 GABINETE MUNICIPAL DE PROTECÇÃO CIVIL



SERVIÇOS, AGENTES, ENTIDADES E ORGANIZAÇÕES DE APOIO: RESPONSABILIDADES GÉNICAS

- **Núcleo da Cruz Vermelha Portuguesa:**
 - Apoia as acções de instalação e gestão dos centros de acolhimento provisório
 - Apoia a GNR na evacuação das populações
 - Colabora na assistência e bem-estar das populações evacuadas para os centros de acolhimento provisório
 - Apoia o fornecimento, confeção e distribuição de bens alimentares, materiais de alojamento provisório e higiene pessoal das populações evacuadas
 - Apoia o sistema de recolha e armazenamento de dádivas
 - Controla e distribui o pessoal voluntário não especializado



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA
 GABINETE MUNICIPAL DE PROTECÇÃO CIVIL



SERVIÇOS, AGENTES, ENTIDADES E ORGANIZAÇÕES DE APOIO: RESPONSABILIDADES GÉNICAS

- **Juntas de Freguesia:**
 - Dinamizam a criação, organizam e apoiam Unidades Locais de Protecção Civil (ULPC), em colaboração com o GMPC
 - Promovem a identificação dos munícipes que necessitam de atenção especial, em caso de evacuação
 - Promovem a identificação dos munícipes que necessitam de atenção especial no que respeita aos avisos e a informação pública
 - Participam na divulgação dos avisos e informação pública
 - Apoiam a GNR na evacuação das populações e colocam os meios próprios a disposição da evacuação das populações com necessidades especiais



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA
 GABINETE MUNICIPAL DE PROTECÇÃO CIVIL



SERVIÇOS, AGENTES, ENTIDADES E ORGANIZAÇÕES DE APOIO: RESPONSABILIDADES GÉNICAS

- **Juntas de Freguesia:**
 - Apoiam as acções de instalação e gestão dos centros de acolhimento provisório e procedem ao registo dos munícipes e das famílias aí instalados
 - Colaboram na assistência e bem-estar das populações evacuadas
 - Colaboram na avaliação e quantificação dos danos
 - Constituem e coordenam postos locais de recenseamento de voluntários
 - Apoiam o sistema de recolha e armazenamento de dádivas



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA
 GABINETE MUNICIPAL DE PROTECÇÃO CIVIL



SERVIÇOS, AGENTES, ENTIDADES E ORGANIZAÇÕES DE APOIO: RESPONSABILIDADES GÉNICAS

- **Escola Prática de Infância:**
- **Centro Militar de Educação Física e Desportos:**
 - Colocam os meios próprios a disposição da ECC, para apoio às actividades de socorro e salvamento e de saúde e evacuação secundária
 - Apoiam a GNR na evacuação das populações e colocam os meios próprios a disposição da evacuação das populações com necessidades especiais
 - Apoiam as acções de instalação e gestão dos centros de acolhimento provisório, bem como a assistência e bem-estar das populações



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA
 GABINETE MUNICIPAL DE PROTECÇÃO CIVIL



SERVIÇOS, AGENTES, ENTIDADES E ORGANIZAÇÕES DE APOIO: RESPONSABILIDADES GÉNICAS

- **Escola Prática de Infância:**
- **Centro Militar de Educação Física e Desportos:**
 - Apoiam com pessoal e equipamento o fornecimento, confeção e distribuição de bens alimentares, alojamento provisório e higiene das populações evacuadas
 - Apoiam com pessoal e equipamento as acções de demolição, escoramento, desobstrução de vias e remoção de destroços, bem como a reabilitação das redes e serviços públicos essenciais
 - Colaboram na manutenção e reparação de equipamentos, transportes e fornecimento de outros artigos disponíveis
 - Contribuem com meios disponíveis para a recolha e armazenamento do produto de dádivas



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA
 GABINETE MUNICIPAL DE PROTECÇÃO CIVIL



SERVIÇOS, AGENTES, ENTIDADES E ORGANIZAÇÕES DE APOIO: RESPONSABILIDADES GÉNICAS

- **Instituições Particulares de Solidariedade Social:**
 - Apoiam as acções de instalação e gestão dos centros de acolhimento provisório, bem como a assistência e bem-estar das populações
 - Colaboram nas acções de mortuária

W
de

mafa CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA
GABINETE MUNICIPAL DE PROTECÇÃO CIVIL

SERVIÇOS, AGENTES, ENTIDADES E ORGANIZAÇÕES DE APOIO:
RESPONSABILIDADES GERICAS

- Centro Distrital de Segurança Social:
 - Apoiar as acções de instalação e gestão dos centros de acolhimento provisório, bem como a assistência e bem-estar das populações
 - Colabora na avaliação e quantificação dos danos

mafa CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA
GABINETE MUNICIPAL DE PROTECÇÃO CIVIL

SERVIÇOS, AGENTES, ENTIDADES E ORGANIZAÇÕES DE APOIO:
RESPONSABILIDADES GERICAS

- Agrupamentos do Corpo Nacional de Escutas:
 - Colaboram no serviço de estafetas
 - Apoiar a GNR na evacuação das populações e colocam os meios próprios a disposição da evacuação das populações com necessidades especiais
 - Apoiar as acções de instalação e gestão dos centros de acolhimento provisório, bem como a assistência e bem-estar das populações
 - Auxiliam os serviços, agentes e demais entidades e organizações de apoio na prossecução das suas competências

mafa CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA
GABINETE MUNICIPAL DE PROTECÇÃO CIVIL

SERVIÇOS, AGENTES, ENTIDADES E ORGANIZAÇÕES DE APOIO:
RESPONSABILIDADES GERICAS

- Rádio do Concelho de Mafra (RCM):
 - Divulga avisos e informações às populações, no âmbito da sua missão de serviço público
- Outras entidades e organizações:
 - Apoiar os serviços, agentes de protecção civil e demais entidades e organizações a prossecução das suas competências

mafa CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA
GABINETE MUNICIPAL DE PROTECÇÃO CIVIL

EVOLUÇÃO E ACTUALIZAÇÃO DO PME

- Exercícios e simulacros:
 - Exercício de coordenação e controlo, tipo CPX, a realizar em cada período de 2 anos
 - Exercício conjunto com simulacros efectuados pelas forças de intervenção, tipo LIVEX, a realizar no último ano de cada mandato da Câmara Municipal

mafa CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA
GABINETE MUNICIPAL DE PROTECÇÃO CIVIL

EVOLUÇÃO E ACTUALIZAÇÃO DO PME

- Revisão do PME, regularmente cada 2 anos e sempre que:
 - Um qualquer acontecimento obrigue a alteração das condições nele previstas
 - Durante as avaliações a realizar, obrigatoriamente após cada exercício ou ocorrência, se verifique não ser eficaz ou sejam detectadas deficiências ou falhas no cumprimento de um objectivo
 - Seja alterada a estrutura da Câmara Municipal
 - As alterações da legislação de referência tenham implicações no PME

mafa CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA
GABINETE MUNICIPAL DE PROTECÇÃO CIVIL

EVOLUÇÃO E ACTUALIZAÇÃO DO PME

- Nota importante:
 - Após cada revisão, os serviços, agentes, entidades e organizações de apoio adaptam os seus planos prévios de intervenção e procedimentos operacionais às novas circunstâncias daí resultantes